

ATA Nº 7/2024

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES NOVAS
12 DE DEZEMBRO DE 2024

Aos doze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Auditório da Biblioteca Municipal Gustavo Pinto Lopes, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal, estando presentes os seguintes membros:

- **Presidente da Mesa:** José Manuel Paulo Trincão Marques (**PS**);
- **1ª Secretária:** Maria da Luz Marques Lopes (**PS**);
- **2ª Secretária:** Maria do Rosário Marques Luís (**PS**);
- **Partido Socialista (PS):** Francisco Fernandes Dinis, Soraia Vieira, Armando José Gonçalves Mendes Santos Rodrigues, Rita Alexandra Duarte Santos Gomes Morte, Beatriz Eugénia Grincho de Carvalho, Carlos António Malheiro Godinho, Maria Beatriz Bispo;
- **Coligação “Afirmar Torres Novas” (PPD/PSD - CDS/PP):** André Gonçalo Ferreira Valentim, Nuno Duarte da Cruz Carçoço, Susana Isabel da Costa Braz, Francisco Valente Sarmento;
- **Movimento P’la Nossa Terra (MPNT):** José Manuel Pereira Santos, Carlos Renato Gonçalves Marçal, Ana Mafalda Gigante Baptista; António Manuel Lucas de Lemos;
- **Bloco de Esquerda (BE):** Diogo Alexandre Fernandes Gomes, Rui Augusto Reis Alves Vieira;
- **CDU - Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV):** Manuel Sousa Ligeiro;
- **Presidentes de Juntas de Freguesia:** Leonel Seguro dos Santos (Freguesia de Assentis), Alfredo Manuel da Costa Antunes (Freguesia de Chancelaria), Manuel José Guerra Couteiro (Freguesia de Meia Via), Paulo Alexandre Ganhão Simões (Freguesia de Pedrógão), António Júlio Pereira Jorge (Freguesia de Riachos), Manuel Jorge Carvalho Júnior (União das Freguesias de Brogueira, Parceiros de Igreja e Alcorochel), Rui Manuel Gomes Nunes (União de Freguesias de Olaia e Paço), António Pedro Duarte Santos Morte (União das Freguesias de Torres Novas - Santa Maria, Salvador e Santiago), Júlio Manuel dos Reis Clérigo (União das Freguesias de Torres Novas - São Pedro, Lapas e Ribeira Branca) e João Carlos Cassis dos Santos (Freguesia de Zibreira -----)

Faltaram à sessão os seguintes membros, com apresentação de justificação de falta/ pedido de substituição:

- Maria Filomena Lopes Sacramento (PS), Emanuel Leal Conde (PS), Luzia Marta Tavares Serigado (MPNT), Roberto Jorge Monteiro Barata (BE), Ana Cristina dos Santos Banito Lopes Tomé (CDU). -----

Estiveram presentes o Sr. Presidente da Câmara, os Srs. Vereadores Luís Silva e João Trindade. -----

Presidente da Mesa: "Boa noite a todos. Temos quórum, podemos dar início a esta reunião da Assembleia Municipal, que é ordinária. Não tenho aqui público inscrito, não sei se há alguém do público na sala que se quer inscrever, não há.

Antes de passar ao Período de Antes da Ordem do Dia, queria fazer aqui uma referência que acho importante, que é a seguinte:

Tive a segunda reunião com o Sr. Presidente da Câmara, no passado dia 29 de novembro de 2024, com a Direção da Renova, neste caso com o CEO, Eng.º Paulo Pereira da Silva.

Portanto, foi a segunda reunião em que estive, estivemos os dois, a primeira vez foi no dia 1 de agosto de 2023. Foi-nos pedido algum tempo para se refletir, ou para eles refletirem e, entretanto, neste meio tempo, houve um e-mail – salvo erro, pelo menos um – da Direção da Renova a dizer que estavam a analisar o assunto. Portanto, era importante para saber que não havia quebra de diálogo, até porque a Moção apelava a esse diálogo.

Só dizer outra coisa antes, não estava obrigado a fazê-lo, porque foi uma Moção aprovada nesta Assembleia, de recomendação à Câmara Municipal, mas na altura entendi envolver-me nisso e, conjuntamente com o Sr. Presidente da Câmara, fui lá nas duas vezes – a primeira vez em agosto de 2023 e a segunda vez no passado dia 29 de novembro de 2024.

O que é que resultou desta segunda reunião? Havia uma parte da Moção que já estava cumprida: a questão da sinalização da nascente, a questão do melhoramento do caminho, onde foi colocado tout-venant, portanto, ficou essa parte transitável, a parte do caminho público pela margem esquerda – margem esquerda de costas voltadas para a nascente, é assim que se encontra a margem esquerda ou direita, pelo lado direito de quem sobe e pelo lado esquerdo de quem desce.

Foi feito esse asfaltamento do caminho público até à nascente. Asfaltamento, salvo seja, não foi asfaltamento nem podia ser, foi a colocação do tout-venant e a melhoria desse caminho público.

A questão que ficou pendente e que é essencialmente a mais relevante, nesta fase, na minha opinião, é um processo que está sempre inacabado, a valorização da nascente do rio Almonda. Mas a questão agora mais premente era a questão da vedação. Sendo certo que, por acaso, ainda estive a ver há pouco tempo algumas intervenções que foram feitas aqui nesta Assembleia, no dia da aprovação da Moção, houve gente que disse – e está em ata, vão ver a ata de 22 de julho de 2022 – que a questão da vedação era uma questão secundária, que não era a questão mais importante. Isto está em ata e houve mais do que uma pessoa que disse isso, de vários quadrantes partidários.

Mas eu acho que a questão da vedação é mesmo importante, daí ter insistido. O compromisso que houve por parte da Direção da Renova foi, por um lado, não impedir, na parte do terreno que é privado deles, o acesso de ninguém à nascente. Isso é algo importante, tanto mais que essa importância decorre de ser simbólico, de ser a nascente do rio Almonda.

Decorre de ser um sítio Ramsar, com classificação ambiental. E, principalmente, para mim, nesta fase, tem dois imóveis de interesse público classificados: a Lapa da Bugalheira e a Gruta do Almonda, que têm todo o interesse serem visitadas, até em articulação e esse é um trabalho que pode ser desenvolvido futuramente com o Museu Municipal, nomeadamente, com o Núcleo que está na Casa Alvarenga, pode ser feita essa ligação com visitas individuais ou de grupo, através das escolas e outras instituições.

Portanto, o acesso livre e público à nascente, pelo caminho público, neste momento, está o compromisso verbal, é certo, mas está assegurado.

Por outro lado, havia a questão da vedação, foi-nos garantido que a vedação que já lá existe, diga-se, porque há pouca gente que se lembra disso, desde o início dos anos 2000. Portanto, em 2024, já nesta Assembleia, foi falada a questão da vedação, que está lá há 20 anos ou mais de 20 anos, pelo menos. Tal e qual como está, com mais de dois metros de altura, o que tira dignidade ao local, devido aos valores quer ambientais, quer históricos e arqueológicos que aquele local tem, e simbólicos.

Foi assumido o compromisso de manter lá uma salvaguarda de segurança, já vou explicar em que termos e por que razão, e concordo com essa salvaguarda de segurança.

Mas foi-nos garantido que a vedação iria ser rebaixada para quase metade da altura, de maneira a proteger eventuais quedas de alguém ou qualquer coisa do género. Aquilo tem lá zonas que têm mais de dois metros de altura em cimento e pode haver um acidente.

Portanto, a ideia de quem lá vai poder ter uma visualização, quer da nascente, quer das próprias grutas, de uma forma desobstruída, vai verificar-se.

Houve um ponto que nós fizemos questão, foi estabelecer um limite temporal. “E quando é que isso fica assim?” Garantiram-nos que seria no final de dezembro, princípio de janeiro. Foi esse o compromisso assumido.

A questão da nascente do Almonda tem enormes potencialidades e merece desenvolvimentos no futuro, merece o enriquecimento de propostas no sentido de valorizarmos aquele local. Volto a repetir, em diálogo com os proprietários – e há mais proprietários ali além da Renova, como todos sabemos. Portanto, penso que há margem e há lastro para se poder fazer mais do que isto.

Para agora, era isto que tinha para vos comunicar publicamente. Foi há pouco tempo que lá estivemos e esta é a primeira vez que estou a falar disto publicamente, e falei com poucas pessoas acerca deste assunto.

Já anteriormente tinha ficado claríssimo que a água é pública, através de uma pergunta que fiz diretamente à APA. A água é pública, não se coloca questão. Houve aqui, pelo menos, uma pessoa que, na altura, levantou a questão se a água era pública ou não, mas isso é claro como a água. Portanto, basicamente, era isto que vos queria dizer relativamente à questão da nascente do Almonda. Espero que a questão da vedação – que volto a repetir, é importante – esteja resolvida nos moldes que anunciei, entre final de dezembro e início de janeiro.

Penso que não me estou a esquecer de mais nada de importante deste ponto. Há um ponto que acho importante, e sempre falei disto aqui, está em ata, que é a questão da segurança naquele local.

Na minha opinião, é um local importantíssimo do ponto de vista arqueológico e simbólico para Torres Novas, por ser a nascente e, do ponto de vista natural, porque é um sítio Ramsar, classificado uma zona húmida. Mas, na minha opinião, aquilo não tem condições para banho. Basta irmos lá, qualquer pessoa sabe que aquilo não tem condições para banhos. Ali perto até há sítios que podem ter condições para banhos, neste momento, aquilo não tem. Para ter condições, implicaria fazer obras. Neste momento, não tem, por razões várias, desde logo, devido à profundidade do tanque e à força da cascata, é perigoso.

Por outro lado, há perigo de derrocada de pedras do arrife, pode haver algum acidente, de vez em quando, caem pedras.

Não concordo, pessoalmente, que se faça ali, neste momento, como aquilo está, uma praia fluvial. Não significa que não se possa pensar nisso no futuro de outra forma, mas, neste momento, não há condições.

Já disse isso aqui anteriormente de uma forma clara, está em ata a minha opinião acerca disso, daí ser necessário manter-se ali uma guarda, mais baixa, de maneira a permitir a visualização livre de quaisquer obstáculos, quer da nascente, quer dos dois monumentos que ali estão, que são os tais duas grutas que falei, que devem e podem ser visitadas por todos, por fora como é óbvio, porque aquilo por dentro também tem perigos e a própria preservação do seu interior implica que a mesma não possa ser visitada de uma forma massiva, e está à guarda do Ministério da Cultura, como todos sabemos.

Dito isto, vamos dar início ao Período de Antes da Ordem do Dia."-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Foram feitas as seguintes intervenções:

Presidente da Junta de Freguesia de Chancelaria: Vinha só chamar a atenção, já falei algumas vezes, Sr. Presidente, acerca da necessidade de alargar a estrada do Vale do Alvorão, havia-se de criar condições para as pessoas, pelo menos na zona de Chancelaria até à zona do bairro, à saída do Pafarrão, aquilo é uma zona muito perigosa para quem quer que passe ali. Na altura dos peregrinos, que vão rumo a Fátima, já houve ali alguns acidentes, aliás, já presenciei alguns até e aquilo está-se a tornar uma zona muito perigosa.

Já falei com alguns proprietários que estão dispostos a ceder terreno, para que seja possível alargar, fazer um passeio, fazer qualquer coisa para que eles possam passar em segurança.

Portanto, fazer nesta zona, à semelhança como estão a fazer no Riachos, e está muito bem feito. Seria desde Torres Novas até à saída do Pafarrão, mas a zona mais perigosa neste momento é da Chancelaria até à saída do Pafarrão, estamos a falar numa extensão de cerca de 1.700 metros. Toda esta estrada, cerca de 7 ou 8 km de Torres Novas até à Chancelaria, não tem qualquer iluminação pública. Eu próprio tenho muita dificuldade, estou a começar a ficar velho, já vejo mal, em cruzar com um carro durante a noite, a única que me guia é o tracejado da estrada. Penso, que como eu, haverá muita gente com dificuldade em circular ali de noite, precisamente porque não temos qualquer tipo de iluminação pública.”

Soraia Vieira: "Hoje, trago a esta Assembleia um tema do qual todos vocês têm certamente ouvido falar nos últimos dias, através dos mais variados canais de comunicação social.

Um tema que, naturalmente, a mim e aos meus colegas de bancada nos é muito caro. Falo hoje do Centenário do nascimento de Mário Soares, um homem progressista, resistente, lutador e humanista, com um lugar incontornável na história da luta e conquista da nossa democracia, mas que também sempre entendeu e defendeu a importância do Projeto Europeu.

Um político que se afirmou como defensor de um Estado mais social, mais justo e igualitário, lutando pela defesa da saúde, da educação, mas também da cultura, das artes, de um desenvolvimento mais sustentável, da igualdade de direitos, da inclusão e do pluralismo. Muitos conhecem já o seu percurso e, ao contrário do que é habitual, não estou aqui hoje para debitar a sua biografia, mas sim para promover uma reflexão acerca do legado que nos deixou. Bem sei também que não é uma figura consensual a todos e que, ao longo do seu percurso, foi colecionando as mais variadas opiniões a seu respeito. Mas esta é, a meu ver, uma situação bastante natural face a alguém com todo o seu poder de ação e decisão na época.

E, por isso mesmo, apesar da orientação política ou da cor partidária, julgo que é justo e irremediável, por parte de todos nós, reconhecer o seu papel incontornável no progresso do nosso país.

Parece-me que o respeito e o reconhecimento pelo trabalho ao qual dedicou toda a sua vida – chegando mesmo a entregar a própria liberdade – deverão, sim, ser consensuais, numa luta que foi de todos e para todos. Uma intervenção que sempre visou algo tão valioso como o bem comum, numa sociedade que, também muito graças a ele, se conseguiu ver livre das amarras de uma ditadura.

Cem anos passaram desde o seu nascimento, cinquenta desde a conquista da Liberdade, e partilho com vocês a minha convicção de que Soares continua atual. Soares vai ser sempre "fixe" e o seu exemplo, para além de fundamental, é urgente na atualidade.

Como progressista e visionário que sempre foi, um homem muito à frente do seu tempo, foi por diversas vezes obrigado a uma frequente adaptação e reavaliação de posições. A verdade é que, no mundo e numa sociedade em constante evolução e mutação, quem não tem essa capacidade estagna. E Soares tinha o que me parece ser uma espécie de resiliência de pensamento.

É essa capacidade que me parece tão pertinente e necessária e que pretendo hoje trazer para esta sala. É essa resiliência e adaptabilidade, essa necessária constante reflexão e reavaliação

de pensamento e posições, que também nós devemos procurar fazer. Que seja o seu exemplo a nossa bússola.

Num Portugal que hoje parece cada vez mais distante dos valores de Abril, numa sociedade cada vez mais polarizada, onde os direitos humanos parecem menosprezados, onde a preservação do Estado Social parece cada vez mais desvalorizada, numa mentalidade que parece caminhar para o abandono e desinvestimento de obras e conquistas tão essenciais, como o SNS, entre tantos outros atentados à nossa liberdade.

Caríssimos, é a hora. A luta e a defesa da liberdade ultrapassam todas as cores políticas.

Convido-vos a que cada um de vós tome o exemplo de Soares e que façamos da sua entrega a nossa bússola. Há direitos fundamentais que não podem recuar. E garanto-vos que basta abrirem um jornal ou acompanharem um noticiário: se analisarem com atenção, entenderão todas as ameaças que, quase diariamente, vão saindo da sombra.

Assusta-me realmente que muitos se deixem deslumbrar por ideias populistas, que se multiplicam em promessas ocas de maior prosperidade e segurança – valores que, na prática, não cumprem nem defendem.

Vemo-nos confrontados com discursos inflamados, que incentivam o ódio, misóginos, xenófobos e racistas. Populismos que se sustentam no medo, porque já perceberam que, fragmentados, nos tornamos todos mais fracos e manipuláveis.

Porém, prometem pouca tolerância. Aliás, numa tentativa de deslumbrar o eleitorado, apresentam teorias de resolução que não correspondem à realidade e que, portanto, nada vão resolver.

Porque a violência e a tolerância zero não são o caminho certo nem sustentável. Porque, sem empatia pelas dificuldades dos outros, não vamos conseguir chegar às melhores soluções. E porque juntos vamos sempre mais longe. E também nós, aqui em Torres Novas, temos o dever de construir e tornar esta noção de sociedade numa realidade.

Não há partido ou movimento que tenha aqui assento e não tenha responsabilidade quanto a embarcar ou abraçar certas ideias, narrativas ou extremismos. Isso deve ser combatido por todos, sem exceção.

Concluindo, este é o lugar de Mário Soares. Mas, mais do que isso, esta é a forma moralmente justa e eficaz de prosseguir pelo caminho da justiça e da igualdade.”

Presidente da União das Freguesias de Torres Novas - São Pedro, Lapas e Ribeira Branca: “Primeiro que nada, dizer aos meus colegas que não estou mandatado para falar sobre

o que vou falar, porém, isto é resultado de uma reunião que todos os Presidentes de Junta tivemos, é repetitiva e, entretanto, esta foi há não muito tempo. Concluí que todos estávamos a padecer da mesma dificuldade e, talvez, eu e o Pedro Morte, porque temos uma parte da cidade, se calhar, sintamos um bocadinho mais ainda o efeito do que vou dizer.

Embora não seja nossa responsabilidade o corte das ervas na cidade e, concretamente, também nas Lapas, a verdade é que é notória a dificuldade que há em chegar a todo o lado, e as condições climatéricas este ano realmente trouxeram e agravaram o problema do corte das ervas. Perante isto, não podemos ficar alheios àquilo que é o sentimento dos munícipes, que frequentemente, das mais variadas formas, nos fazem chegar os seus lamentos.

Acontece que, em tempos idos, foi aqui discutida a questão da utilização de herbicidas. A Câmara fez e muito bem, votei a favor e votaria hoje outra vez a favor, ponto de partida, não restem dúvidas, e foi decidido não haver utilização.

A verdade é que há condições que realmente começam a ser problemáticas e, não tendo responsabilidade no corte, na cidade, todos já viram com certeza isto noutras ruas, tenho aqui uma fotografia. Sei que é difícil vocês verem, “isto” é em frente à Casa do Benfica. Toda a gente conhece, isto é origem de várias quedas porque a calçada está a ficar tomada pelas ervas. Quase que é um tapete de relva e as pessoas caem mesmo, não só escorregam, caem mesmo. Diz-se assim: “Então, mas é um caso específico?” Não, aqui até apanha sol, como sabem, numa parte do dia. Mas outras mais sombrias, por exemplo, ficam assim: como a rua José Luís Moita. O que é que isto quer dizer? Agora vai-se cortar esta erva, mas a raiz fica lá e as nossas calçadas vão sendo deterioradas permanentemente. Isto é um problema mais na cidade do que nas aldeias, mas a verdade é que as aldeias têm este mesmo problema.

O que é que queria, enfim, que se ponderasse um bocadinho. Repito, não podemos ser alheios àquilo que são as reclamações. Não estou mandatado pelos meus colegas, estou aqui de iniciativa própria. Entretanto, porque eu próprio sinto isto nas aldeias, mas de uma forma diferente, temos dois funcionários que já não fazem outra coisa. Começam no Nicho de Rodrigues, Carvalhal de Aroeira, exterior das Lapas, Ribeira Branca, Ribeira Ruiva, Casal da Pinheira e, quando chegam ao Casal da Pinheira, os dos Rodrigues já estão a gritar: “Aqui d’el-rei, temos aqui ervas!” E eles não fazem outra coisa.

Aqui na cidade é uma questão semelhante, porque as equipas não são suficientes para dar resposta imediata a tudo aquilo que vai acontecendo na cidade.

Nada de se pensar que estou a favor dos herbicidas, mas, se calhar, ponderarmos sobre uma questão controlada para pontos específicos. Lembro-me de três: cemitérios – andar com uma

moto-roçadora num cemitério há projeção de pedras, que suja as campas, pica as campas e as jarras de vidro de vez em quando vão ao ar. Este é um assunto que deve ser ponderado e deve ser permitida a utilização neste campo.

Há um outro, que é exatamente este que acabei de enunciar: os passeios, deveriam ser e insisto, de forma controlada, não desmedida, não ad-hoc, não, controlada.

E depois há uma terceira, que são estradas de grande movimento. Estou a lembrar-me daquilo que é a saída de Torres Novas a caminho da Barreira Alva, e daí a caminho da Zibreira. Aquilo que hoje me é difícil fazer é trabalhos durante a semana. As empresas que vamos contratar só vão ao fim de semana, custa mais dinheiro, mas não vão para lá por causa do trânsito que as estradas têm. Isto de andar com corta-sebes e companhia limitada, como todos conhecem.

São realidades que, enfim, nós no dia a dia nos confrontamos, mas parece-me que são do conhecimento de toda a gente.

Evidentemente, que tenho que compreender a posição das pessoas, mas, se calhar, isto era evitado se as pessoas tivessem outro entendimento. Ou seja, sempre que acontece haver ervas, no fundo, é a natureza a funcionar. As pessoas gritam: "Aqui d'el-rei, tenho aqui ervas!" Alguns até dizem: "Já não posso quase entrar em minha casa porque tenho dificuldade em cortar as ervas que estão na frente da porta."

Isto leva-me a pensar que e todos sabem desta realidade, as ervas, quando são cortadas numa fase de crescimento, 15 dias, três semanas depois no máximo, quatro semanas depois, estão iguais. Se, porventura, nós deixássemos que elas criassem uma certa maturação e as pessoas não tivessem, evidentemente, razões para estar a gritar que lhes cortassem as ervas, com essa maturação e depois de cortadas, o crescimento não é o mesmo, nem coisa que se pareça.

Depois, ainda há uma terceira fase exatamente para as ervas. Todos sabem que numa parte das ervas existe floração e os insetos polinizadores onde é que vão buscar os pólenes para polinizar árvores de fruto e coisas do género? São as flores.

Portanto, se nós todos tivéssemos esse entendimento, se calhar, nem precisávamos de estar aqui com esta discussão, a pensar, ponderar fazer utilização de herbicidas, porque também se experimentou outros produtos e não resultaram. Eram mais caros, menos eficientes e ainda com uma dificuldade: enquanto um determinado herbicida dá para uma diluição de 100 a 200 litros, aqueles davam para 5, 6 litros de diluição.

Quero com isto dizer que não podemos dizer às pessoas: "Agora não reclamem, deixem lá as ervas crescer."

A verdade é que me parece que deveria ser ponderado e os três pontos de que falo – estradas de muito movimento, passeios e cemitérios – esta questão devia ser analisada e tida em consideração.

Peço desculpa aos meus colegas, mas, pronto, falámos disto numa reunião. Eles não sabiam que vinha falar disto, mas sei que o sentimento é comum a todos."

Presidente da Mesa: "Antes de passar a palavra, só dizer o seguinte, a Moção sobre proibição do uso do glifosato foi apresentada por mim aqui nesta Assembleia, aprovada por unanimidade. Qualquer Moção que venha aqui ou qualquer deliberação que venha aqui para reintroduzir o glifosato terá o meu voto contra, ponto final, parágrafo.

Entre a saúde das pessoas e as calçadas, está a saúde das pessoas. Se há desinformação informem-se, vejam os pareceres da Ordem dos Médicos, vejam os pareceres da Organização Mundial de Saúde, o que é que nós preferimos, ter mais trabalho a limpar as ervas e umas calçadas com erva ou queremos ter pessoas com cancro? Porque o glifosato causa cancro, vão à internet, não é preciso pedirem pareceres à Ordem dos Médicos, vão à internet que esses pareceres existem, a Organização Mundial de Saúde tem pareceres nesse sentido.

Portanto, é um erro voltar atrás e não vou embarcar nesse erro, disse já a minha opinião, desde já, antecipadamente."

André Valentim: "Venho aqui trazer duas ou três questões.

E a primeira é de saudação, uma saudação ao Clube de Natação de Torres Novas que, pela primeira vez, consegue manter-se na Segunda Divisão Nacional. É o único clube do distrito a fazê-lo, não havendo nenhum na Primeira Divisão. A equipa de natação masculina e feminina, na Segunda Divisão Nacional, representa bem a formação de excelência que o clube tem desenvolvido ao longo destes anos.

Sob pena de me tornar repetitivo, volto aqui a frisar os relatórios das Áreas de Reabilitação Urbana. Mais uma vez, mais um ano a findar e os relatórios não aparecem. Parece que não há técnicos para fazer esse trabalho. Iremos votar daqui a pouco, novamente, mais uma alteração ao Mapa de Pessoal, e os relatórios continuam sem aparecer. Esperemos que, efetivamente, se contemple um técnico para tratar desta questão da avaliação das ações implementadas.

Outra questão que nos preocupa também é a questão dos assistentes operacionais nas escolas. Há problemas de ausências, de baixas e, se calhar, de melhor procedimento na fase inicial da avaliação dos candidatos. Todos sabemos que não é fácil a contratação nesta altura, mas, se

calhar, nem todos têm perfil. E, muitas vezes, estamos a contratar, fazemos o procedimento, os candidatos passam todas as etapas e aquela pessoa não tem o perfil, passada uma semana, duas, um mês, abandona e vai para aqui, para acolá. Acho que deveríamos ter um maior cuidado na avaliação do perfil das pessoas para estas funções.

E depois, outra questão que tem sido recorrente nesta Assembleia – e volto a frisar, porque houve algumas alterações – tem a ver com o processo da Cratoliva.

Temos vindo a falar da Cratoliva há pelo menos dois ou três anos para cá. Foi aqui dito que foi dada uma ordem de encerramento, foi publicado em alguns jornais que a entidade em si não recebeu nenhuma ordem de encerramento. O que se pretende aqui e a nossa posição não é fechar por fechar, porque não é preciso, porque aquela unidade industrial vai ser precisa, aliás, houve uma alteração agora – ou irá existir – na classificação do chamado bagaço, que deixará de ser um resíduo para passar a ser um subproduto. Portanto, é algo que temos de valorizar e tratar.

O que nós queremos tentar perceber é se, efetivamente, a entidade foi notificada ou não. Perceber se, das medidas compensatórias ao nível da redução da poluição, dos fumos, já foi feito alguma coisa. Afinal, o que é que já foi feito? Os camiões continuam a entrar, há laboração ou não, continua a haver movimento na fábrica? Acho que é importante perceber se foi enviada alguma comunicação, se houve alguma resposta por parte da entidade e se é para continuar, em que condições é que ela vai continuar

E é isso que acho que é importante esclarecer."

José Santos: "Dando voz ao Movimento P' Nossa Terra, lamenta-se que o município não tenha dado, até agora, mais atenção aos arruamentos e espaços pedonais da cidade, que se apresentam, em muitos casos, infestados de ervas daninhas, dando um aspeto de desleixo e de má imagem, quer aos moradores, quer a quem nos visita.

Isto já foi aflorado agora num ponto há pouco tempo, não se quer que seja, de facto, a introdução de químicos para resolver essas situações, mas, pelo menos, que se resolva de modo a ficar tudo devidamente limpo.

O reparo que estou a fazer é também extensivo a algumas zonas ajardinadas e ao mobiliário de jardim, quiçá, por vezes, com travessas danificadas, na maioria dos casos, a necessitar de reparação ou até mesmo de substituição.

É pena que o mandato deste município chegue ao fim sem ter resolvido as caóticas acessibilidades da Variante do Bom Amor, onde continuam a faltar rotundas ou semáforos

que possam facilitar a vida aos automobilistas que, nas horas de ponta, aí permanecem largos períodos de tempo com os carros a funcionar, perdendo tempo e poluindo o ambiente.

Não deixando de referir os acidentes que continuam a ocorrer de vez em quando nessa via, seriam talvez evitáveis se essas infraestruturas existissem.

Em relação ao trânsito na cidade, refere-se um ponto crítico: o entroncamento da Avenida Dr. Martins de Azevedo com a Rua 25 de Abril. Quem circula de poente para nascente e pretende virar à esquerda para a Rua 25 de Abril – a rua do tribunal –, estando verde o semáforo, por vezes fica ali no centro do entroncamento, havendo risco de acidente.

Por isso, recomenda-se a colocação de uma pequena rotunda ou de um separador central, como julgo que já foi equacionado. Não sei se está em andamento ou se já pensaram nisso.

Também em termos de estacionamento, que é raro nos dias de mercado, pergunta-se por que razão não se permite estacionar no grande espaço livre junto aos vendedores de roupas e calçado, dado que estes ocupam uma ínfima parte desse local. Porquanto, as grades impedem a acessibilidade dos automobilistas ao mesmo. Portanto, nos dias de mercado, por vezes as pessoas não têm onde deixar o carro e existe ali uma grande parte do espaço que não é ocupada, não se percebe porquê.

Voltamos a referir a necessidade de fazer algo que possa controlar a proliferação dos pombos, especialmente na zona do Açude Real. A quantidade aumentou substancialmente nos últimos tempos, está mesmo uma grande praga.

Por último, faço um pedido ao município para que, dentro do possível, fornecer a logística, os materiais e as máquinas necessárias à melhor reparação das estradas públicas em terra, em muitos casos, são acessos fundamentais para os proprietários poderem aceder aos terrenos agrícolas.

Constata-se que, em alguns casos, poucos, o piso tem sido melhorado com o espalhamento de tout-venant, mas será necessário investir mais nessas áreas, abrindo valetas para que a água não estrague, por vezes, o trabalho realizado e, por outro lado, também existe a necessidade de cortar arbustos ao longo desses caminhos que, em muitos casos, impedem a passagem de veículos.

Note-se que, em caso de incêndio, é imprescindível ter os caminhos em condições de acessibilidade."

Manuel Ligeiro: "Queria fazer uma pergunta acerca da integração dos alunos de outras nacionalidades nas nossas escolas. Tendo chegado ao conhecimento da CDU que as escolas

do concelho de Torres Novas, à semelhança do que se observa no resto do país, tem recebido alunos de outras nacionalidades e culturas, no entanto, desconhecemos os programas de integração que, segundo a Delegação de Competências cabe ao município, em articulação com os Agrupamentos Escolares, criar, implementar e promover, para que a simples e passiva receção se transforme em acolhimento e em experiências enriquecedoras para os alunos e para a restante comunidade escolar.

Por isso, perguntamos quais as medidas que estão a ser tomadas nas várias escolas do concelho de Torres Novas para acolher e integrar estes novos alunos, que vão chegando ao longo de todo o ano escolar.”

Rui Alves Vieira: “Em primeiro lugar, gostaria de trazer ao debate um projeto urbanístico num pequeno planalto de 15000 m² localizado entre a Rua N^a Senhora do Vale do lado nascente e a Rua das Tufeiras a poente e que é anunciado com uma viabilidade para a construção de 124 apartamentos.

Conheço bem aquele local porque eu cresci e brinquei por ali. Devo dizer que tenho dificuldade em aceitar que ali esteja a ser anunciada a viabilidade de construção para 124 apartamentos.

Preocupa-me a impermeabilização de toda aquela área e as consequências das escorrências de água para a Rua N. Senhora do Vale, onde, aliás, a barreira abateu o ano passado e estive o trânsito impedido durante muito tempo na Rua Nossa Senhora do Vale. Preocupa-me também todos os efeitos colaterais que uma urbanização com aquela dimensão irá, naturalmente, causar no bairro das Tufeiras.

Por isso, pergunto ao Sr. Presidente da Câmara se nos pode informar onde estará a verdade ou a mentira, sobre a dimensão prevista para esta urbanização.

Se for verdade que existe viabilidade para a sua construção, temos que perguntar qual o PDM que a autoriza: será o velho PDM que nunca mais se vai embora, ou será o novo PDM que nunca mais chega?

A realidade é que continuamos a ser geridos por um PDM que já está em vigor há 25 anos. Há vários anos que todos os anos ouvimos dizer que é para o ano. Mas a verdade é que ano após ano, a Câmara tem falhado o seu compromisso para a conclusão da revisão do PDM. Por isso, agora que estamos no final de 2024 e mais uma vez iremos romper o prazo, perguntamos ao Sr. Presidente se ainda será presidente quando resolvermos essa questão?

Outro tema que está na ordem do dia, é a poluição do Almonda. O comunicado que pode ser visto na página institucional do Município sobre este assunto não é merecedor de credibilidade. Já muitos o disseram e eu concordo em absoluto. De facto, a informação ali reproduzida, não esclarece absolutamente nada e só pode ser interpretada como uma forma dissimulada de não tornar público o que é que de facto aconteceu.

O Bloco de Esquerda solicitou informação mais completa sobre este assunto, nomeadamente, o relatório da APA, porque ali há dados analíticos e depois há ali uma retórica que não se entende bem, mas o que é facto é que ainda não recebemos informação sobre esta matéria.

Outro tema que, enfim, que me choca um pouco e é relacionado com o anexo na margem direita do rio Almonda onde se construiu o célebre muro em frente ao Mercado Municipal.

Não consigo compreender que a Câmara tenha autorizado a construção daquele anexo e, ainda por cima, com dinheiros públicos. Somos nós todos que estamos a pagar por aquele atentado. Aquilo não é um anexo, é um edifício com três pisos acima da cota soleira, mesmo em cima da margem do Rio. As explicações podem ser todas boas e legais, mas aquela construção constitui, de facto, uma nódoa negra que não irá descolar desta gestão municipal. Não entendo aquela construção.

Depois, a Fabrióleo, eu já ando por aqui há 8 anos, ou 7 anos, e parece que Assembleia sim Assembleia não, estamos a falar neste assunto.

No âmbito dos trabalhos de limpeza e descontaminação provocados pela atividade da Fabrióleo, foram retiradas cerca de 3 mil toneladas de resíduos perigosos do local com um custo de 745 mil euros e estima-se que ainda tenham que ser removidas mais 3 mil toneladas de resíduos. Ou seja, é absolutamente vital assegurar rapidamente um financiamento de pelo menos mais 745 mil euros para que, de uma vez por todas, se coloque um fim àquela tragédia sanitária e ambiental que a Fabrióleo causou e ainda continua a causar. Por isso, perguntamos quais as diligências que se encontram em curso para resolução do problema. É que no documento orçamental que irá hoje ser votado nesta AM, não existe uma única referência à Fabrióleo. Parece que a população do Carreiro da Areia vai ter que continuar à espera.

Depois temos a Cratoliva. O Bloco de Esquerda pediu há 65 dias a informação à Câmara que chegou hoje às 17:09, eu não tive oportunidade de ler o documento que apesar de tudo é extenso, agora, eu digo que aquilo é um manancial de problemas que ali temos e eu só espero que aquilo não se torne numa Fabrióleo.2, são problemas de higiene e segurança no trabalho, são problemas de segurança das instalações, são problemas ambientais, são problemas

urbanísticos. Tem aqui um lote de 20 ou 25 não conformidades, esperemos que se venham a resolver rapidamente.”

André Valentim: “Vou tentar ser sucinto.

A propósito das reuniões tidas com a Renova, gostaria de saber se também foram abordadas as questões relacionadas com alguns focos de poluição, derivados da descarga da Renova no rio Almonda. E se essa questão foi abordada com a Renova, na perspetiva de tentar perceber se já foram corrigidas as deficiências e se, eventualmente, já foram criados alguns sistemas redundantes ou algumas bacias de retenção para que, no caso de detetar fugas, porque eles conseguem detetar atempadamente as fugas, em vez de ir diretamente para o rio, no ponto de descarga que eles têm, eventualmente, criar uma bacia de retenção com alguma capacidade de modo a colmatar.

Portanto, gostaria de saber se, no âmbito dessas reuniões, essa situação foi abordada.

Outra questão que gostaria de saber, é se no âmbito destes constantes episódios de poluição, seja mais a montante, mais a jusante, se tem havido alguma intervenção por parte da Águas do Ribatejo, no sentido de detetar eventuais focos ilegais de ligação ao rio Almonda. É algo que tecnicamente é fácil de executar, há líquidos inócuos que se consegue meter numa sargeta, que se consegue meter num ramal de ligação.

E acho que, com esta recorrência de casos, muitas vezes não se sabe bem de onde, seria importante juntamente com a Águas do Ribatejo, estabelecer aqui algumas medidas preventivas e tentar identificar eventuais ligações inadequadas, diretas ao nosso rio Almonda. E gostaria de saber, se está prevista alguma situação porque nos planos que nos foram apresentados não há menção nenhuma a essa situação, mas julgamos que seria importante prever essa situação.”

Presidente da Mesa: “Respondo já ao André Valentim, à questão que colocou.

Só fui duas vezes à Renova, portanto, houve aqui quem fosse lá uma vez, eu fui lá duas, portanto, e mais recentemente agora.

Apenas fui lá desta vez com o intuito de tratar do assunto da nascente do Almonda, ponto final, parágrafo.

Parto do princípio que, seja a Renova, seja qualquer fábrica, se polui, tem que ser punida, tem que ser fiscalizada. Vamos fazer uma reunião com a Renova ou com a empresa A, B ou C,

para não poluir? É evidente que isso é implícito. Ninguém deve poluir e quem poluir tem que ser fiscalizado e tem que ser punido com as devidas sanções, ponto final, parágrafo.

Mas não abordei esse assunto, até me parece descabido nessa parte, portanto, quem faz, quem comete uma infração, tem que responder por ela. Sendo certo que, para mim, seja que empresa for, se for poluente tem que arcar com as consequências.”

Presidente da União das Freguesias de Torres Novas - São Pedro, Lapas e Ribeira

Branca: “Peço desculpa, Dr. Trincão, deixe-me dizer, eu e todos os Presidentes de Junta estamos do seu lado, naquilo que é preservar a saúde das pessoas, mas sabe, se se juntar a nós para irmos esclarecer alguém que não deve utilizar isso nos produtos hortícolas que nós comemos no dia a dia, creia, os Presidentes de Junta acompanham-no, todos.

Não leve a mal, portanto, estar um bocadinho contra esse seu posicionamento tão radical, porque quando falei disto foi exatamente para ponderarmos sobre o assunto e o senhor, imediatamente, disse: “se vier aqui, assunto arrumado por mim”.

Nós somos mais moderados e respeitamos sempre as pessoas que pensam de forma diferente de nós. Mas se um dia quiser juntar-se connosco para irmos junto de alguém, para que os agricultores que produzem aquilo que nós comemos, esses, sim, criarão muitos mais problemas do que certamente um herbicida no passeio.

Mas desculpe, naturalmente, estamos de acordo consigo, não com o posicionamento.”

Presidente da Mesa: Então o Júlio Clérigo disse que vinha aqui individualmente, agora já tem um coletivo?”

Presidente da União das Freguesias de Torres Novas - São Pedro, Lapas e Ribeira

Branca: “Acabaram agora de dizer...agora tenho que lhe responder, peço desculpa...”

Presidente da Mesa: “Dar ordem nisto, se faz favor, estava a falar e o senhor interrompeu, vai-se sentar, eu dou-lhe a palavra a seguir outra vez, sente-se, se faz favor. Desculpe, estava-lhe a responder e o senhor interrompeu.

Estava a responder que sou radical na defesa intransigente da saúde e da vida das pessoas, que é disso que estamos a falar...continua a interromper, isso é má educação...depois dou-lhe a palavra a seguir se quiser, agora, não me interrompa, que também não o interrompi.

Sou intransigente e radical e assumo aqui a defesa intransigente e radical da saúde das pessoas e da vida das pessoas, que é isso que estamos a falar.

Há dados, isso está na ata, se quiser dou-lhe a data da ata, para ser mais fácil ir procurar, exemplos concretos de Relatórios da Organização Mundial de Saúde, de Relatórios da Ordem dos Médicos, de pareceres da Ordem dos Médicos, onde proíbe, aliás, o glifosato já é proibido em muitos locais públicos, agora não tenho de cabeça quais são, mas já é proibido em escolas, em jardins infantis, etc.

Bem sei que o glifosato é ainda permitido na agricultura, porquê? Porque há um lobby fortíssimo de multinacionais. Há um movimento no Parlamento Europeu, a nível europeu e até mundial, que estão a tentar proibir o glifosato na agricultura e tem vindo a ser protelado. Há metas, também não tenho agora isso de cabeça, dizem que é no ano não sei quantos, depois chega ao ano tal e é protelado, e assim sucessivamente. Porque há interesses, como há interesses das petrolíferas, como há interesses das tabaqueiras grandes, há interesses na indústria de armas, etc., há interesses de celulosas, que se sobrepõem muitas vezes ou se tentam sobrepôr ao poder político, e nós não podemos permitir que isso aconteça.

Portanto, apenas dei a minha opinião individual, entre a saúde das pessoas que é um bem, a saúde e a vida, porque está provado que é cancerígeno, não sou eu que digo, não sou médico, não percebo nada disso. Só estou a dizer que entre uma opção e outra, entre ter um passeio com mais ervas ou um cancro numa pessoa ou várias pessoas, não tenho dúvida.

Bem sei que o glifosato é usado na agricultura, mal, porque o Parlamento Europeu e a União Europeia também não tido coragem, e por esse mundo fora, de pôr um ponto final nisto, mas que está aprovado está. Era só isso que queria dizer.”

António Lemos: “Primeiro, venho dizer, já fui Presidente de Assembleias e o Presidente da Assembleia tem por função gerir a Assembleia, o Presidente desculpe, mas o Presidente da Assembleia não deve entrar em contato e conversa com a Assembleia. Se quiser falar com a Assembleia, vem aqui abaixo e fala aqui abaixo como um de nós, é errado o modo como o senhor está a gerir esta Assembleia, desculpe que lhe diga.

Li o Manual de Cooperativismo das Associações, penso que as Assembleias Gerais, os princípios são todos os mesmos e o Presidente da Assembleia não deve fazer isto que fez aqui, não deve entrar em conversa com o público, se quiser entrar em conversa ou se quiser fazer um diálogo, sai daí e vem aqui abaixo e falar com os outros, é assim que a coisa deve ser feita, peço desculpa se tiver enganado.

Outro assunto que vinha aqui dizer, os glifosatos. A Comissão Europeia prolongou por mais 10 anos o uso dos glifosatos, não está provado que faz cancro, mas também não está aprovado que não faz cancro. É um assunto complexo e há um princípio, que é o princípio da dúvida, quando há uma dúvida deve-se negar, portanto, os glifosatos em princípio devem ser negados, certo.

No entanto, não podemos ser radicais, a situação que os Presidentes da Junta estão a dizer são casos pontuais onde se deveria ou poderia utilizar, até deviam de ser sinalizados. Aliás, nós temos a Câmara da Golegã, estive lá agora há pouco tempo, e a Câmara da Golegã tinha sinalizado em vários sítios avisos que ia pôr esse tal químico. Não quer dizer que se utilize esse químico a torto e a direito, mas em caso pontuais, também não será por aí que a coisa vai, pronto. Também não estamos a pôr um glifosato sem ter uma proteção e sem estarem avisadas as situações, para haver as devidas precauções.

Há várias situações que se podem pôr, por exemplo, nas calçadas, porque é que não se faz a salga? Utilizar o sal comum, os romanos faziam isto e o sal não é tóxico, outra coisa que também existe é, por exemplo, o maçarico que queima a erva nas calçadas, nas calçadas, não vamos fazer incêndios aí pelo campo.

Há várias soluções, não devemos ser radicais, devemos analisar a situação ponto a ponto. Aquilo que estão a dizer, ali junto à casa do Benfica, não vejo mal nenhum o glifosato, sinceramente não vejo. Nessas estradas, estão a dizer que não passam pessoas a pé, é só carros que ali passam, se os indivíduos que o aplicarem estiverem devidamente protegidos também não vejo mal, é em casos pontuais. Porque, continuo a dizer, em caso de dúvida não se deve atuar, não se deve fazer, correto. O glifosato devia desaparecer do mercado, certo, mas para estes casos pontuais também não vejo mal, não devemos ser radicais. “

Ana Mafalda Batista: “Acho que temos aqui um problema de saúde pública, quando os passeios estão escorregadios, as pessoas caem, magoam-se e pode haver fraturas que podem provocar, em caso extremo, a morte de alguém.

Mas acho que utilizarmos químicos que se sabe que são nocivos para a saúde, é um problema de saúde pública também, é um risco que não se deve correr.

Acho que estamos aqui a discutir se devemos usar, se não devemos usar, se os passeios ficam assim ou se ficam assado, estamos a pensar no vazio e não nos estamos a focar no problema. Existem outras soluções, se nós fizermos uma pesquisa, não sou especialista em jardinagem, mas acho que o bom senso permite a todos concluir que todas as técnicas de corte são pouco

eficazes e quando se desiste de usar um químico, que mata pela raiz e se usa uma técnica de corte, sabemos que não vai resultar durante muito tempo.

Mas fazendo uma pesquisa rápida na net, encontro aqui técnicas ecológicas para colmatar este problema, que vão destruir as ervas daninhas, destruindo o problema pela raiz. E falo, por exemplo, de máquinas de deservagem que vão aplicar água quente e matam as ervas junto à raiz.

Ou seja, a recidiva do crescimento de ervas, dá-se de forma muito mais lenta e vamos resolver o problema das quedas, que é um problema de saúde pública e não vamos ponderar nunca o uso de herbicidas que estão conhecidos por ter características nocivas para a saúde.”

Presidente da Junta de Freguesia de Riachos: “Venho falar sobre o mesmo assunto, se não fosse Presidente de Junta estava-me nas tintas para as ervas, porque as ervas nunca me fizeram cócegas em lado nenhum, mas como Presidente de Junta é a principal ou primeira reclamação que nós temos são as ervas, se forem às redes sociais as pessoas só falam das ervas.

Quer dizer, os concelhos aqui à volta todos utilizam os glifosatos, não sou favorável a isso também, agora é assim, para controlar também não é com água quente nem com sal que se controlam as ervas, principalmente em passeios, calçadas e nos cemitérios. E essa é a nossa posição, como Presidentes de Junta, e o Júlio Clérigo falou muito bem porque foi uma deliberação da reunião de Presidentes de Junta na Zibreira, penso que isso foi proposto à Câmara ou há-de ser proposto à Câmara. O Júlio trouxe aqui e muito bem, foi uma das coisas que falamos, a intenção de propor à Câmara.

É assim, as Juntas Freguesia, todas elas, pelo menos a Junta de Freguesia de Riachos e, estou convencido, todas as outras, gastam verbas do seu orçamento para o corte de ervas.

Como Presidente de Junta da Freguesia de Riachos, temos dois homens constantemente a fazer a mesma coisa, todos os dias do ano, desde o primeiro dia de janeiro até dezembro, a fazer a mesma coisa, começa nos Casais Castelos até à estação, quando chegam à estação já as pessoas dos Casais Castelos estão a reclamar, conforme disse o Júlio Clérigo, em relação às freguesias, às aldeias e às povoações, que ele representa.

Portanto, a solução, ou a utilização de glifosato para controlar, porque depois não é preciso andar a aplicar todos os meses desde que estejam controladas, uma ou duas vezes por ano era suficiente, não é preciso andar a aplicar todos os meses como andamos todos os dias a cortar ervas. Os outros conselhos fazem-nos, na agricultura fazem-no e não é por isso, penso eu, que vamos criar cancro nas pessoas e doenças que falaram aqui.

Tem que se arranjar uma solução, água quente, penso, não é solução, nem o sal é solução, já foi experimentado. Inclusivamente, a Câmara já utilizou um produto que não resultou, sem glifosatos, portanto, só resulta o glifosato ou arrancar as ervas. No cemitério, faço isso, arranco porque é mais fácil, a terra é mais macia, mais solta, mais areenta, e consegui controlar as ervas no cemitério, não há ervas no cemitério dos Riachos, conseguimos.

Nas calçadas e passeios, as raízes das ervas levantam o pavé e as pessoas caem, como disse a Mafalda, as pessoas caem nos passeios, os passeios estão levantados, as calçadas estão levantadas, é perigoso.

Ou a Câmara atribui mais verbas às freguesias para que possamos, em vez de curar com glifosatos, arrancar as ervas, temos de ter mais pessoal, temos de contratar empresas para as arrancar com um sachinho e aos poucos controlar a coisa assim.

Agora, cortar com a foice, com roçadora também cria poluição, trabalha a gasolina, é poluição atmosférica, sei que não é a mesma coisa, mas é poluição.

A solução era mais verba para as Juntas de Freguesia poderem meter pessoal a arrancar ervas, caso contrário, não conseguimos controlar. “

Presidente da União das Freguesias de Torres Novas - São Pedro, Lapas e Ribeira

Branca: “Peço desculpa, Dr. Trincão, a minha má educação evidentemente que é notória e, por conseguinte, peço desculpa por tal.

No entanto, queria só dizer-lhe, tinha no início dito que tínhamos tido uma reunião com os Presidentes de Junta e ninguém me mandou para vir aqui. Entretanto, quando cheguei agora ali, uma série deles debruçaram-se a dizer coisas e quando o senhor depois veio a gozar “afinal, vem aqui em nome individual e agora já vem em nome do grupo?”, não, não vim em nome do grupo, vim em nome individual.

Peço desculpa uma vez mais, a minha má educação realmente permite-me isto. “

Presidente da Mesa: “Há pouco, apenas falei dali porque referiram o meu nome, por isso é que falei dali, mas venho aqui, já não é a primeira vez que venho aqui e gosto de vir aqui.

Agora, revolta-me quando não há consciência do retrocesso e do perigo que representa para a saúde pública a reintrodução do glifosato em espaços urbanos. Também me preocupa na agricultura, mas já expliquei porque é que na agricultura, e isso é reconhecido por todos, vão fazer uma busca, é reconhecido por toda a gente porque é que o glifosato ainda é usado na agricultura. Porque há grupos de interesses poderosíssimos ligados a farmacêuticas e

indústrias químicas e, não é por acaso, que foram estabelecidas moratórias, vários prazos que são ultrapassados, se não houvesse dúvida nenhuma já tinha sido proibido.

A moção foi aprovada aqui nesta Assembleia no dia 22 de outubro 2018 e, ao contrário do que aqui foi dito, Lisboa interditou o uso de glifosato, o Porto interditou o uso de glifosato, Coimbra, Faro e vários municípios do Algarve. Para além disso, aqui mais perto, vários municípios também, no Ribatejo, fizeram deliberações idênticas à nossa, Vila Franca de Xira, Almeirim, Tomar, etc., não tenho isto atualizado porque tenho a ata de 22 de outubro de 2018. Portanto, não fomos os únicos, existem vários municípios pelo país, os principais, os maiores Lisboa, Porto, Coimbra, vários municípios do Algarve e até Tomar, Almeirim, Vila Franca de Xira, aqui perto.

Mesmo nos Estados Unidos da América, a empresa multinacional Monsanto foi condenada pelo Tribunal, por ser provado um nexo causalidade entre o uso desta substância e o cancro. Todos nós, enfim, quem é que na nossa família não teve alguém que morreu com cancro.

E há freguesias aqui no nosso concelho com altas taxas de mortalidade com cancro e devemos entre um perigo para a saúde, para a vida ou mais trabalho, mais verba para os passeios, acho que não tem comparação nenhuma. Aliás, se quisermos ser economicistas, o que é que custa mais, é gastar mais dinheiro a cortar ervas ou é gastar dinheiro a curar cancros? Ou a tratar, a fazer quimioterapia às pessoas? Tem que ser o Serviço Nacional de Saúde a fazê-lo, porque mesmo com seguro chorudo privado ninguém tem acesso para esse efeito.

Relembro, isto foi falado aqui na altura, que a Agência Internacional para a Investigação sobre o Cancro, da Organização Mundial de Saúde, não estamos a falar de nenhuma chafarica, estamos a falar de uma Agência Internacional de Investigação sobre o Cancro, da Organização Mundial de Saúde, classificou o glifosato como cancerígeno, provável para o ser humano, Grupo 2A, não sei sequer o que é isso, mas esta entidade classificou o uso de glifosato desta forma.

Outra investigação feita pela Organização Mundial de Saúde, apresentou resultados preocupantes que relacionam o glifosato com alguns tipos de cancro, nomeadamente, com o cancro do sangue o Linfoma de Hodgkin. Este tipo de cancro de sangue é dos que mais se registam em Portugal, com cerca de 1.709 casos por ano, apresentando uma taxa de mortalidade superior à média da União Europeia.

A Ordem dos Médicos considera que a interdição do uso de glifosato pode evitar o aparecimento de muitos casos de cancro, ver editorial do boletim julho/agosto de 2015, número 161, da Ordem dos Médicos, assinado pelo Dr. José Manuel Silva.

E depois temos também o princípio de precaução, mesmo que se entenda que há dúvidas, na dúvida não se avança com uma coisa potencialmente mortífera, como é óbvio.

Portanto, entre gastar mais dinheiro e até entendo isso, respeito e acho que é uma exigência legítima para se tratar do assunto, medidas mais eficientes ou causar perigo para a saúde pública e para a vida das pessoas, não tenho dúvida, portanto, estou do outro lado.

Acho que não devemos dar um passo atrás, porque mais municípios depois desta nossa moção, aprovaram também moções idênticas, a nível camarário e a nível da Assembleia Municipal. Portanto, não vamos dar um passo atrás, porque isso seria muito negativo para a saúde das pessoas do nosso concelho e, se isto for bem explicado às pessoas, as pessoas percebem e acho que a maior parte das pessoas já percebeu.

Quanto à agricultura, é evidente, sei que é utilizado na agricultura, mas já expliquei porquê, porque há grandes interesses, como as tabaqueiras, nos Estados Unidos da América e noutros países, houve várias tabaqueiras que foram condenados a pagar milhões a pessoas que morreram de cancro do pulmão, vocês sabem todos disso.

As indústrias petrolíferas, idem, com situações que são relacionadas com as alterações climáticas, aliás, há estudos dos anos 50 em que as próprias indústrias petrolíferas já sabiam que estavam a causar problemas de alterações climáticas e continuaram para a frente sem querer saber disso.

Era isto que queria deixar aqui, enfim, respeito toda a gente, mas nisto tenho que ser firme e nem que fique sozinho, mas a minha posição é esta, não saio daqui.”

Presidente da Junta de Freguesia de Riachos: “É muito rápido, só propor à Câmara que faça uma ação de sensibilização junto das pessoas do concelho e que explique isso, precisamente, que o Dr. Trincão Marques esteve a explicar, que as ervas não fazem mal a ninguém e que, de facto, os glifosatos fazem.

Isso tem que ser explicado às pessoas, para perceberem de uma vez que as ervas não fazem mal a ninguém. Nós sabemos disso perfeitamente, por isso é que comecei por dizer, há bocado, que as ervas nunca me fizeram comichão em lado nenhum.

É a principal queixa dos fregueses, em qualquer Junta de Freguesia, principalmente na cidade e na vila, que têm mais passeios e calçadas, é a queixa mais frequente, então faça-se uma ação de sensibilização junto das pessoas, a dizer que as ervas não fazem mal a ninguém e nunca fizeram.”

André Valentim: “Efetivamente, também faço parte de uma Assembleia de Freguesia, isto é um assunto recorrente, mas que já por várias vezes e quando isto foi votado lembro-me, não sei se fui eu ou alguém desta Assembleia ou da Assembleia à data que, quando isto foi aprovado, questionou o Executivo que medidas compensatórias porque isto toda a gente sabia que, mais tarde ou mais cedo, isto iria acontecer, porque era tão claro como a água. Portanto, a pergunta muito concreta que fazemos aqui é, se perante estas necessidades de uma maior intervenção no espaço público, porque a proposta de Orçamento que iremos votar mais daqui a pouco, o aumento para as Juntas de Freguesia não me parece significativo, que permita colmatar esta situação, se o executivo municipal está disposto a reforçar as verbas para o combate à desertificação, o combate às ervas daninhas por meios que não façam poluição, mas efetivamente há necessidade de reforçar a verba para combater esta situação. Obviamente, da parte do PSD, voltar ao glifosato não é propriamente a melhor opção, mas sendo assim é preciso resolver um problema. Portanto, deixar aqui a pergunta muito clara, se o Executivo está na disponibilidade de aumentar as verbas às Juntas de Freguesia para permitir resolver esta questão.”

Presidente da Câmara: “Desejar Boas Festas para todos nesta altura natalícia. Vou tentar ser o mais sintético possível, porque este período foi um bocadinho longo.

Em relação ao Sr. Alfredo Antunes, sobre alargar a estrada do Alvorão, que já não é a primeira vez que o Presidente Alfredo fala nisto, também é do conhecimento do próprio que o Departamento de Obras tem conhecimento que falta fazer algumas medições, mas, sobretudo, fazer a intervenção que é necessária e reconhecidamente necessária. Portanto, fica o registo e continuarei a tentar que se acelere essa operacionalidade o mais depressa possível.

Em relação à falta de iluminação pública, registo também.

Saudar a intervenção da Soraia Vieira em relação ao eterno Mário Soares e ao Centenário, que está a ser comemorado e que vai continuar a ser comemorado em 2025.

Houve aqui quatro, cinco, seis intervenções sobre o corte das ervas. A questão das ervas, diria, desde que foi aqui tomada a deliberação de não aplicação do glifosato, a Câmara nunca parou – garanto que nunca parou – os serviços, em tentar descobrir uma alternativa eficaz e, até agora, nunca conseguiu, a não ser chegarmos à conclusão de que os passeios acabam por estar mais deteriorados com as máquinas, sobre as pedras da calçada.

Há pouco tempo, fizemos algumas experiências em zonas onde não havia perigo público, com outro tipo de produtos sem ser glifosato, não funcionou como esperávamos. Portanto, é um

assunto que é o tema do dia e vai continuar a ser, mas também vamos continuar a teimar para descobrir a melhor forma de resolver.

Aproveito, foi a última intervenção, para dizer ao André Valentim que a questão de aumentar as verbas para este efeito, tudo é possível fazer. Agora, o Orçamento Municipal é, comparativamente, como o Orçamento Governamental: estica-se de um lado, puxa-se do outro, queixamo-nos de um lado e queixamo-nos do outro. Portanto, depois de estar fechado este orçamento de 2025 – esperemos que seja aprovado hoje – tem que se tirar de algum lado para se aumentar aí. É uma questão de ponderar as alterações, é uma figura que a lei permite fazer em termos orçamentais.

É garantir-vos – está aqui na sala, embora não lhe vá dar a palavra – que o Vereador do Pelouro tem feito as mais diversas tentativas em termos ambientais para procurar resolver o assunto. Em relação à intervenção do André Valentim, subscrevo também a saudação ao Clube de Natação. Sobre os processos de urbanismo, depois de fazer a minha intervenção, certamente o Vice-Presidente irá poder dizer alguma coisa em relação às ações implementadas, etc., e o que o André Valentim, de vez em quando, tem falado nisso.

O problema das auxiliares nas escolas, isto é um problema que penso que não passa por rever as avaliações, porque as avaliações estão bem transparentes. As provas são feitas com avaliação psicológica também, para além de uma prova oral e de uma prova escrita, a que estão sujeitas. Depois, o que é que acontece? São situações de baixa, situações também de pessoas que, por falta de emprego, vão para auxiliares da ação educativa e chegam à conclusão de que não é bem aquilo que querem e, depois, surge outra oportunidade e saem.

A Câmara tem procurado, ao longo do tempo, resolver a situação com uma bolsa para as situações temporárias. Isso também tem a parte contra, que já foi aqui discutida na Assembleia, que são os contratos a termo. Se vamos admitir sem ser contratos a termo, quando há pessoas que faltam – e a média pode ir de 20 dias a um, dois meses – passado um mês, dois meses, e se já nos queixamos de ter muito pessoal, então ainda aumentamos quase para o dobro, porque vamos aumentando a questão das auxiliares de ação educativa.

Estamos a cumprir os rácios que o Ministério da Educação definiu para cada escola. Daqui a bocado, em Orçamento, vamos chegar à conclusão de que o Estado não está a corresponder, por exemplo, em termos de ensino secundário, às verbas que iríamos receber por delegação de competências. É quase um milhão de euros de diferença, na delegação de competências que não recebemos em 2024, e ainda não entrou – ou melhor, já entrou – a questão do salário

mínimo nacional, que a diferença entre 850, 870 corresponde a 130.000 € de diferença, e que não são compensadas pelo Estado às Câmaras de todo o país.

Depois, falou também da Cratoliva, vou pedir também ao Vice-Presidente para juntar estes dois assuntos e para falar sobre eles.

Em resposta ao Sr. José Santos, do Movimento, que falou também na questão das ervas e do mobiliário de jardins. O mobiliário de jardins, nós, ciclicamente, temos estado atentos e a procurar corrigir, aliás, a reparar e vai haver situações novas até, aquisição de novos bancos, etc. Estamos a tomar isso em consideração.

Sobre a Variante do Bom Amor, o nosso deputado José Santos tem sido um lutador – e muito bem – com a questão da Variante do Bom Amor.

Gostaria, como toda a gente, de ver a Variante do Bom Amor de outra maneira. Tem um dono, não me canso de repetir: pertence à Infraestruturas de Portugal.

A última reunião que tivemos foi há 15 dias. Aproveitámos a vinda de técnicos e administradores que vieram à Estação Ferroviária do Riachos e acabámos por falar, também, na Variante do Bom Amor, que já tínhamos falado em Lisboa, em Almada, mais propriamente, onde eles têm a sede.

O que está combinado em relação à Variante do Bom Amor – e por insuficiência de verbas da Infraestruturas de Portugal – estamos à espera que venha o protocolo para a Câmara fazer o projeto, que não vai ser barato. Mas nós assumimos o custo do projeto, cerca de 120.000 € ou à volta disso, segundo sei, e eles depois asseguram a obra, mas não me disseram ainda quando é que têm verba para começar.

Agora, o que vai começar já – e dentro de pouco tempo – é a correção das rotundas, como já uma vez tinha aqui falado. A rotunda do Shopping, como é mais vulgarmente conhecida, vai, finalmente, no início de janeiro, ser reparada e será um complemento importante para a Variante do Bom Amor. Porque, entre a Variante do Bom Amor e a saída da A23, e o início das obras do Nicho de Riachos até Riachos, é um complemento importantíssimo, perigosíssimo, que está muito desgastado e que vai ser reparado.

Em relação ao trânsito na rua 25 de Abril, ou melhor, no complemento entre a Rua 25 de abril e a Avenida João Martins de Azevedo, e a questão da rotunda que já foi experimentada e que resultou, nós temos um projeto para todo aquele espaço, um projeto participado por Fundos Comunitários que abrange a Avenida 25 de Abril e também a Avenida João Martins de Azevedo. Ainda não avançamos porque estamos à espera que os Fundos comunitários sejam para esse efeito sejam despoletados.

Sobre o estacionamento, é um problema gravíssimo que temos em toda a cidade.

Nasci e fui criado, como é vulgar dizer-se, aqui na cidade de Torres Novas, e é uma coisa que me espanta todos os dias é a quantidade de carros por todo o lado. Não sabemos o que havemos de fazer, ou sabemos – se houvesse dinheiro para isso – com mais um parque subterrâneo, com mais disciplina também de alguns setores, mas estamos a trabalhar nisso e a procurar resolver o problema.

Agora, essa situação do Mercado, acho que é uma boa dica que deve ser aprofundada e, se não prejudicar, também me parece, desconheço, só vendo agora com os técnicos. Depois, o Vice-Presidente pode também falar disso.

Fica, novamente, o alerta dos pombos.

As estradas públicas, nós temos feito muitas intervenções. Há muitas zonas em terra ainda, em freguesias e, com respeito por todas, tenho que falar da Brogueira. É, de certeza, a que tem mais situações desse género e com uma particularidade: é que, mesmo com estradas em terra, são zonas bonitas e há gente, mesmo de fora, que constrói até segundas habitações. Merecem estradas condignas. É um desafio que precisa de dinheiro – lá vou falar em dinheiro outra vez –, mas é verdade.

Dr. Manuel Ligeiro, alunos de outras nacionalidades são uma realidade por todo o país e, nesta zona – Torres Novas, Entroncamento, Médio Tejo – há muitos alunos de outras nacionalidades. Portanto, Torres Novas não é exceção.

Nós estamos em vias de agendar para uma reunião de Câmara um protocolo com a AIMA, já esteve para acontecer antes, mas decidi parar. Numa altura em que, a nível nacional – e foi do conhecimento público, todos os dias, apareceu na televisão, mais do que uma vez – havia qualquer coisa que não estava a correr bem em termos da legalização de imigrantes e da operacionalidade da AIMA.

Foram dados passos importantes e estão a surgir novos protocolos. Esses protocolos são muito abrangentes, vou dar apenas um exemplo: as Câmaras – e nós estamos disponíveis para isso – vão ter uma pessoa disponível só para o atendimento de imigrantes, uma pessoa que fale mais do que uma língua, as línguas principais para comunicação com os imigrantes. E, depois, há todo um regulamento de receção, de acomodação da língua portuguesa, enfim, tudo isso, além da parte social, que também precisa de acompanhamento.

Nós já estamos a fazer isso, já apareceram casos, obviamente. Orgulho-me e espero que todos nos orgulhemos da Ação Social da nossa Câmara, que tem feito um excelente trabalho e continua a fazer. E, agora, com mais três técnicos pagos a 100% pelo Estado, pelo Governo

Português, durante três anos, que é o chamado Radar Social e que irão, também, entre outras funções, fazer intervenções nesse campo.

Portanto, as medidas que estão a ser tomadas, algumas foram porque entendemos que eram precisas, mas com regras definidas a nível nacional, através do protocolo, do regulamento, que depois, com todo o gosto, farei chegar a todas as forças políticas para estarmos mais organizados.

A resposta a Rui Alves Vieira: sobre o empreendimento que prevê 124 apartamentos nas Tufeiras, Encosta do Vale, Vale, o Vice-Presidente, muito melhor do que eu, falará sobre isso, porque é um projeto ligado ao Urbanismo.

Assim como do PDM, esperamos, é a informação que temos dado à Câmara e das reuniões que temos feito, que durante o primeiro semestre de 2025 esteja concluído. Mas ele poderá complementar melhor do que eu.

O Anexo ao rio Almonda: a Câmara não está a assumir todo o Anexo. Na altura em que houve a discussão e análise em Tribunal, a discussão entre advogados, chegou-se a uma conclusão.

Aliás, antes de mais, já lá havia um Anexo, espero que se lembrem disso, já lá havia um Anexo. Ficou em derrocada, como o muro e, na altura, chegou-se à conclusão que tinha sido pelo abaixamento do rio e da estacaria.

Portanto, o que se comprometeu fazer foi a estrutura do Anexo. A Câmara pagou o muro e a estrutura do Anexo – que até penso que já está concluída. A conclusão do Anexo, ou o que é que lá vai ter, se tem janelas, se não tem janelas, não temos nada a ver com isso, será com os proprietários.

Em relação à Fabrióleo: não consta nada ou, melhor, a continuação das obras da Fabrióleo não consta em Orçamento, porque a Agência Portuguesa do Ambiente, através do Fundo Ambiental, como sabem, foi quem pagou a primeira fase da obra. O dinheiro não chegou, foram 700 e tal mil euros e chegou-se à conclusão de que seria preciso, eventualmente, o dobro. Portanto, aguardamos. Os contactos têm sido permanentes com a Agência Portuguesa do Ambiente. O Presidente da Agência Portuguesa do Ambiente, que era o Vice-Presidente na altura em que se arranjou o dinheiro através do Fundo Ambiental, tenho tido contactos frequentes com ele.

Portanto, através do Fundo Ambiental ou de outra fonte qualquer do Governo ligada ao ambiente, estão a arranjar dinheiro para terminar o que falta limpar da Fabrióleo. Agora, o que se retirou já foi muito significativo. E, certamente, já foi falado, o povo do Carreiro de Areia e daquela zona certamente notou e notará, no dia a dia, que a situação não tem nada a ver com

o que era antes. Apesar de ainda haver situações perigosas, a situação está completamente diferente.

Sobre a Cratoliva, já agora, o Vice-Presidente está de serviço e é da área dele também, poderá acrescentar alguma coisa.

André Valentim, a Renova, descargas: obviamente, quando há descargas na Renova – e tem havido algumas, e algumas até recentes – as entidades oficiais, para além das nossas, Proteção Civil, da parte ambiental, entram em contacto com a Agência Portuguesa do Ambiente, com a GNR, etc. Têm feito o seu papel, e muito melhor do que eu, creio eu.

O André Valentim sabe que há uma abertura na Lei para fábricas como a da Renova ou que estão sujeitas a descargas por avaria que têm, vamos chamar, uma abertura de resolução o mais rápida possível e essa rapidez de resolução, segundo sei, tem acontecido por parte da Renova.

Não estou aqui a servir de padrinho de ninguém, são as informações que me chegam e, portanto, direi que as descargas que têm acontecido têm sido controladas. Por exemplo, quando lá fui fazer a visita com o nosso Presidente da Assembleia Municipal não nos apercebemos de nada, antes pelo contrário, das águas totalmente limpas na zona envolvente à Renova. Queria também dizer que a Águas do Ribatejo, quando foi a mortandade no rio dos peixes, foram imediatamente contactadas por mim e fizeram a sua análise, e farão todas as que tenham a ver com zonas em que a Águas do Ribatejo, em termos de saneamento, tenham o controle e tenham feito algumas obras de saneamento ou que estejam para fazer, para darem a sua opinião. A Águas do Ribatejo têm sido contactados sobre as descargas e também, já agora, dizer que chegaram à conclusão, em relação à mortandade de peixe, que não tinha nada a ver com descargas do saneamento caseiro ou de onde eles tivessem alguma canalização, não detetaram nada.

O caso do Rio Almonda, aproveito para falar nele, creio que por falta de elementos, só encontro desculpa para isso, por falta de elementos do Bloco de Esquerda ou de quem tenha qualquer dúvida e que poderá ser facultado os relatórios, porque não é um relatório da Câmara, por acaso a Câmara também fez o seu relatório, estamos a falar de relatórios de entidades oficiais da Agência Portuguesa do Ambiente e, sobretudo, do Ministério Público, julgo que todos acreditamos, pelo menos, no Ministério Público. E o Ministério Público, subscrevendo também alguma parte do que foi escrito pela Agência Portuguesa de Ambiente e pelas análises que foram feitas, é perentório em dizer que houve uma descarga que não foi identificada e até foram mais, acabaram por ir também procurar saber de algumas dúvidas que havia de um

estabelecimento comercial encostado à zona onde houve a descarga e também chegaram à conclusão que não podia ter sido dali. Portanto, houve uma descarga não identificada e apesar das entidades oficiais continuarem a busca, a nível do Ministério Público o processo foi arquivado. Posso facultar, porque foi autorizado e é público o relatório do Ministério Público. Não vale a pena aprofundar hoje aqui mais este tema, fico disponível para quem ao Bloco de Esquerda quer a outra força política, facultar toda a documentação incluindo esta do Ministério Público.

Depois, entramos com várias intervenções sobre as ervas e os passeios e isso já falamos, não vale a pena falar mais.”

Vice-Presidente: “Só aqui então duas ou três notas, na sequência daquilo que o Presidente já aqui falou. Relativamente à questão do PDM, vamos ter o PDM concluído no final do ano, vai estar em discussão pública em final de janeiro, depois ainda ali uma reunião de Câmara para aprovar, portanto, no final de janeiro provavelmente estará em discussão pública, se não acontecer nenhum incidente até lá, se não houver nenhuma determinação governamental que faça alterar qualquer legislação que tenha que fazer rever todo o PDM.

O Anexo, também o Presidente falou e levantaram aqui a questão do Anexo da casa que confina, do lado de lá da margem do Almonda, com o nosso Mercado Municipal. Todo aquele espaço tem a ver com uma reabilitação, não é nenhum prédio novo, tem a ver com uma pré-existência. É uma obra assumida pelo nosso Departamento de Obras, que tem feito a obra em no sentido de reabilitar o que lá estava com as autorizações todas da Agência Portuguesa do Ambiente, e também em conjunto com o Departamento de Administração Urbanística, relativamente à questão do que diz respeito à regras e normas urbanísticas.

A urbanização dos 124 fogos, não sei se são 124, se são 120, tem a ver com um PIP, portanto, um pedido de informação prévia para um espaço na zona das Tufeiras, um planalto que existe ali que tem uma zona de vários prédios, que comporta 124 fogos. Não há nenhum projeto, há um PIP, de facto, para dar garantias ao proprietário para que no futuro PDM, se forem alteradas as condições ele mantenha as garantias do terreno, aquilo que muitos estão a fazer. Os PIP's têm uma validade de 2 anos, ao fim de 2 anos caem, mas permite-lhe garantir aquilo que tem as propriedades construtivas do terreno por 2 anos, é legítimo, está de acordo com a lei, não vejo nenhuma incongruência que possa ferir a legislação em vigor.

Relativamente à Cratoliva, tem sido aqui discutido muitas vezes, foram-lhe dados 120 dias para eles virem legalizar e 90 dias para cessar a atividade, estamos a falar de dias úteis, o que

dá um período relativamente longo. Já alguém aqui disse e bem, o nosso objetivo não é propriamente encerrar empresas, é que as empresas funcionem bem e que não prejudiquem as populações. Esta empresa tem prejudicado as populações, teve uma vistoria, a vistoria detetou um conjunto de anomalias, que foram alvo da notificação à empresa e, portanto, estamos a aguardar que a empresa venha dizer se quer regularizar ou se quer encerrar de vez. A empresa tem duas hipóteses: ou regulariza ou encerra totalmente. Todos os membros da Assembleia Municipal têm o relatório de vistoria, neste momento, penso eu, se não têm é porque não abriram os mails, terá sido enviado hoje à tarde.

Sobre a questão do Mercado e do estacionamento, o espaço do mercado estava distribuído e toda aquela área tinha lugares de vendedores, enquanto não for reorganizado e tem que ser reorganizado rapidamente os espaços do mercado para os vendedores, não fica espaço sobrando. Tem que se criar um espaço sobrando, aquilo que ficar para além dos vendedores, para que se possa acolher também mais carros para estacionamento. É um problema que temos com estacionamentos, para o mercado da terça-feira em Torres Novas, continua a ser um dia importante o nosso mercado semanal, continua a ser também um ponto de encontro dos torrejanos, principalmente dos que vêm dos lugares aqui à volta da cidade.

Os relatórios das ARU's, tenho uma arquiteta encarregue desse trabalho. O Sr. Deputado Municipal Valentim entrou logo a brincar, "que têm muito trabalho", efetivamente têm muito trabalho, os processos não estão a andar à velocidade que queremos e temos dado prioridade a que se despachem processos de Urbanismo e não as ARU's, mas fica a promessa que até final do mês de janeiro também vamos ter isso pronto, a partir daí passa a ficar do vosso lado a crítica." -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 - Apreciação e votação da ata da sessão anterior (Nº 6/ 2024).
- 2 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, dos documentos previsionais para o ano de 2025 - Orçamento Municipal e Grandes Opções do Plano, e Mapa de Pessoal.
- 3 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, de desafetação do domínio público para o domínio privado municipal, de parcela de terreno sita em Cancela do Leão – Torres Novas.

- 4 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, de aprovação dos estatutos da Associação de Municípios Portugueses do Cavalo.
- 5 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, de isenção de pagamento de taxas no âmbito de operação urbanística, requerida pelo CRIT - Centro de Reabilitação e Integração Torrejano.
- 6 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, de isenção de pagamento de taxas para realização de eventos, requerida pelo CNE - Agrupamento 65/ Delegação de Torres Novas.
- 7 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, de isenção de pagamento de taxas para realização de eventos, requerida pela Associação Desportiva e Recreativa de Casais Martanes.
- 8 - Informações do Sr. Presidente da Câmara sobre a atividade municipal. -----

1 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR (Nº 6/2024)

Foi presente, para apreciação e eventual aprovação, a ata nº 06/2024, da sessão realizada em 30/09/2024.

Submetida a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade.

Os membros José Trincão Marques, Diogo Gomes, Manuel Ligeiro, Soraia Vieira, Nuno Cruz, Francisco Sarmiento, Susana Braz, Presidente da União das Freguesias de Brogueira, Parceiros de Igreja e Alcorochel, Lucas Lemos e Beatriz Bispo, não participaram na votação da referida ata por não terem estado presentes na respetiva sessão. -----

2 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL, DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2005 – ORÇAMENTO MUNICIPAL E GRANDES OPÇÕES DO PLANO, E MAPA DE PESSOAL

Acerca deste assunto, foi distribuída a todos os membros cópia da deliberação tomada na reunião da Câmara Municipal, realizada em 27.11.2024 (Anexo 1).

Foram feitas as seguintes intervenções:

Armando Rodrigues: “Centraremos esta noite a nossa atenção na análise, discussão e votação de um conjunto alargado de documentos, críticos na vida de uma autarquia. Estes, em

particular, revestem-se de uma relevância adicional! Estamos perante um fim de ciclo, assumindo-se uma evolução integrada com as estratégias de mandatos anteriores e futuros.

Tal como no passado, com este Orçamento Municipal, Grandes Opções do Plano e Mapas de Pessoal pretende-se dar objetivamente respostas concretas às necessidades e às aspirações dos diferentes agentes do nosso território bem como aos desafios que o futuro nos vai constantemente colocando, especialmente no âmbito do PRR e do Portugal 2030.

Convém recordar que neste quadriénio aconteceram factos históricos inesperados e que condicionaram severamente, de forma direta e indireta, as nossas vidas tais como o aparecimento do vírus da Covid, o acréscimo exponencial das taxas de juro e da taxa de inflação no decorrer de 2022 ou a oclusão de uma guerra na Europa.

Como tal, não podemos deixar de nos colocar em perspetiva, para o próximo ano.

Haverá uma desaceleração da atividade económica global. Existirá uma tendência de desinflação e de descida das taxas de juro diretas. Assistiremos a divergências ao nível do crescimento e da política monetária.

As fortes tensões no médio oriente, e em alguns países europeus, irão subsistir, infelizmente. A intempestividade das ações de Donald Trump, os resultados das eleições na Alemanha e a crise política que se agrava em França serão elementos extra de desequilíbrio no panorama internacional, que terão objetivamente consequências para Portugal.

Em síntese, o próximo ano irá caracterizar-se por um período de níveis elevados de incerteza, grande imprevisibilidade e uma imensa volatilidade.

Apesar destas e outras interrogações que se afiguram no horizonte, é tempo de continuar a agir e a executar, para proporcionar um desenvolvimento justo, equilibrado e harmonioso do nosso território. Suportados nesta visão proativa e agregadora, o Orçamento Municipal para 2025 contempla um investimento superior a 59 M€, um dos maiores de sempre.

Deste valor, assume forte destaque a assunção de competências no âmbito do processo de descentralização administrativa e da autonomia do poder local. Tal como já referido várias vezes nesta mesma Assembleia Municipal pela bancada do P.S., exige-se que o estado central adote uma política de diálogo e que daí resulte nomeadamente a canalização de fluxos financeiros adequados, que permitam aos municípios portugueses assegurarem a prestação de serviços públicos de qualidade e manterem o equilíbrio dos seus elementos económicos e financeiros.

Para podermos prosseguir toda esta dinâmica de desenvolvimento integrado e resiliente que nos é aqui proposta, integrando sugestões e opiniões válidas da nossa oposição, é essencial a

manutenção de uma gestão séria e rigorosa que permita, de forma eficiente, sustentável e transparente, qualificar e valorizar o concelho de Torres Novas. É preciso materializar-se um esforço coletivo e coordenado na gestão coerente, transparente e responsável de todos os recursos, que se traduzam em contas certas de forma a não comprometer o nosso futuro! Em função das considerações anteriormente efetuadas, a Bancada do Partido Socialista irá votar favoravelmente os documentos em análise neste ponto nº 2.”

Diogo Gomes: “Sr. Presidente da Câmara, parece que muitas propostas essenciais continuam a ser tratadas como notas de rodapé ou meros apontamentos esquecidos numa gaveta qualquer. Por isso, o Bloco de Esquerda optou por dividir as suas propostas em 2 grupos, no total de 45 propostas que lhe entregamos.

Começemos por aquelas que são de fácil execução e de baixo custo.

Lembrar que, em fevereiro de 2021, a Câmara aprovou a reabilitação das pontes pedonais para o Jardim das Rosas. Passaram quase quatro anos. Será que estamos à espera de algum prémio de resistência à inércia? Ou talvez a ideia seja transformá-las num marco arqueológico de "decisões não executadas"?

Quanto ao ambiente, mais uma vez apresentamos propostas que, por serem sensatas e de baixo custo, são provavelmente consideradas demasiado aborrecidas ou então as prioridades estejam mais no embelezamento momentâneo do que na sustentabilidade a longo prazo.

Lembro duas, o fim à rega de jardins com água potável e a substituição do arrelvamento na rotunda João Paulo II e a substituição das plantas no separador da Avenida com o mesmo nome por árvores e arbustos adaptados ao nosso clima e à região. Não posso deixar de referir que as árvores recém-plantadas têm de ser regadas, para que não torne a acontecer o que se passou no Corredor Ecológico, com a morte de dezenas de árvores.

Além disso, queremos realçar uma necessidade que não pode mais ser ignorada: um parque infantil adaptado às crianças com deficiência ou necessidades especiais. Esta é uma proposta aprovada por unanimidade em 2017, mas que continua inexplicavelmente sem sair do papel. Reforçamos a importância de retomar as aulas de português para imigrantes residentes no concelho. Estas aulas, realizadas com sucesso no passado, são uma ferramenta essencial para a integração social e cultural. Investir na formação linguística dos imigrantes não é apenas uma questão de solidariedade, mas de construir uma comunidade mais coesa e inclusiva.

Por fim, assinalar 3 propostas urgentes, a limpeza da rua da Amendoeira no centro histórico, tornando-a segura e salubre e, aliás, cumprindo uma recomendação aprovada nesta assembleia.

A construção de abrigos para gatos e a concretização de bolsa de estacionamento temporário. Além das propostas imediatas, que visam atender às necessidades urgentes da nossa população, o Bloco de Esquerda também apresenta propostas estruturais, com maior impacto financeiro, mas que são fundamentais para o desenvolvimento sustentável de Torres Novas.

É o caso do Mercado Municipal.

Este equipamento, que já foi o coração pulsante do comércio local, encontra-se hoje num estado de degradação que não pode mais ser ignorado. A cada dia que passa, perde-se mais um vendedor, mais um cliente, mais uma oportunidade de revitalizar este espaço. O que sugerimos é simples e justo: reabilitação urgente e, enquanto as obras não acontecem, isenção das taxas para os vendedores.

Sobre o transporte público e a mobilidade no concelho, mais uma vez insistimos em propostas que são fundamentais para melhorar a qualidade de vida dos munícipes e promover a sustentabilidade ambiental. A modernização da frota do TUT com transição para veículos elétricos é uma necessidade urgente.

O Bloco propõe ainda o alargamento da rede a mais uma freguesia em 2025, e o prolongamento do serviço até às 21h. Será que é pedir demasiado que a oferta do transporte público se adapte e sirva as pessoas que vivem e trabalham no concelho?

Na área da habitação, é necessidade avançar de uma vez por todas com a construção e reabilitação de imóveis para arrendamento a preços acessíveis. Há dinheiro para isso como sabemos, não se entende que o município esteja tão atrasado na concretização da estratégia local de habitação.

Este é um passo fundamental para resolver a falta de opções habitacionais a custos controlados e para garantir que o direito à habitação seja efetivamente concretizado.

Voltamos a propor o apoio ao comércio local, através do pagamento de até 50% das rendas dos estabelecimentos comerciais que se enquadrem no perfil de “comércio local” durante o primeiro ano de atividade.

Esta proposta visa contribuir para a revitalização do comércio local, não só na cidade como nas aldeias.

Estas propostas exigem um compromisso financeiro sério, mas são fundamentais para a construção de um futuro mais justo, dinâmico e equilibrado para Torres Novas. Não as podemos continuar a adiar.”

André Valentim: “Sob o lema “Município Mais Competitivo, Sustentável, Coeso e Digital”, é hoje aqui apresentado a votação um orçamento, apresentado como o maior desde 2013, com um valor aproximado de 60.000.000€, dividido entre 33 milhões de despesa corrente (dos quais mais de metade, 17 milhões, são despesas de pessoal), 26 milhões de despesa de capital, na sua maioria alavancada por verbas provenientes do PRR para projetos que tardam em concretizar-se, ao invés do que acontece em alguns dos nossos concelhos vizinhos que, com estruturas de custos correntes muito mais baixas, conseguiram ter 30 milhões de investimento quando nós nos ficamos pelos 24,4 milhões. Isto não é ser um município competitivo, quando com mais recursos técnicos, humanos e financeiros fazemos menos que os outros.

Bem sabemos que algum do aumento dos custos com o pessoal derivou da transferência de competências no âmbito da educação e saúde, diga-se, aliás, protocolos negociados com o anterior governo PS, e estranhamos que á data não tenham alertado para estas divergências no futuro, mas isso não explica o aumento constante e descontrolado das nossas despesas com pessoal. As despesas com pessoal assumem um valor assustador de 51% das despesas correntes, passando de 13 milhões em 2023 para 17 milhões em 2025, um aumento de quase 30%, apoiada num organograma disfuncional, com 3 departamentos, 13 divisões e com 14 cargos de direção intermédia de 3.º grau, num total de 30 cargos de chefia, muitos deles destinados apenas a satisfazer intuítos políticos.

Num orçamento empolado pela necessidade de garantir as verbas tão necessárias para a execução dos projetos do PRR, este e os anteriores orçamentos, tenhamos a noção que, após a normalização das necessidades de investimento no âmbito do PRR, os rácios da despesa de pessoal face à despesa total aumentarão significativamente. Isto não é ser um município mais sustentável.

Obviamente que a bancada do PSD, apoia a concretização e o investimento em muitos dos projetos que este orçamento apresenta sem, no entanto, ressaltar algumas das escolhas que consideramos profundamente erradas, nomeadamente, a ampliação das piscinas municipais sem prever as condições adequadas para treinos e provas de competição que poderiam, para além de garantir essas mesmas condições de treino, possibilitariam também a realização de provas desportivas de âmbito local, regional e nacional. Isto, em clara contradição com aquilo

que os próprios serviços municipais apresentam nesta proposta de orçamento, e passo a citar: “O investimento no desporto orientado para o turismo, no domínio do acolhimento de eventos desportivos, das instalações para o espetáculo existentes e dos espaços naturais que o concelho possui, deve ser prioritário.” Isto não é ser sustentável, um investimento sem o aproveitamento de todo o seu potencial.

No campo da intervenção territorial sustentada, tardamos em concretizar a estratégia local de habitação aproveitando os fundos comunitários existentes, por ineficiência dos procedimentos internos adotados. Veja-se o caso do Projeto de Habitação dos Negréus, que com fundos aprovados, projetos executados, aguarda uma alteração ao alvará de loteamento para se poder avançar com a obra. Não falando da necessidade de conclusão dos arranjos exteriores do loteamento. Isto não é ser competitivo.

Ou então, os vários concursos de construção de habitações que ficaram desertos e que o executivo se propôs executar neste ano que finda. Deveríamos ter acautelado consultas prévias ao mercado, previstas na legislação para ajustar os preços base dos concursos à realidade do mercado de construção. Os outros conseguiram e nós vamos ficando para trás, deixando de oferecer aos torrejanos habitação pública em condições, e em tempo útil.

No campo do planeamento urbanístico e ordenamento do território, os dois parágrafos que o documento apresenta sobre este domínio, é sintomático da importância que este executivo atribui aos planos de ordenamento, como instrumentos essenciais na criação de riqueza, valorização de recursos, salvaguarda do património e garantia da coesão territorial. Nem uma palavra sobre o processo de revisão do PDM ou qualquer outro plano de ordenamento, ou mesmo estratégias que se pretende para o município enquanto um todo. Isto não é ser um município mais coeso.

Projetos estruturantes como a ligação dos Negréus ao centro de saúde, ou do Alto das Baralhas, continuam por entrar na discussão orçamental.

Os projetos elencados neste âmbito, são na sua maioria localizados nos principais aglomerados urbanos do concelho (Cidade de Torres Novas, Riachos e Meia Via), deixando para as restantes freguesias algumas pavimentações de arruamentos existentes, também de si importantes e milagrosamente com previsão de execução exatamente em ano de eleições, mas que não apresentam qualquer capacidade transformadora e impulsionadora do desenvolvimento das nossas freguesias mais rurais. Isto não é ser um município mais coeso.

As grandes obras apresentadas neste orçamento, são na sua maioria obras que se têm vindo a arrastar ano após ano, orçamento após orçamento, e a culpa é de quem?

Exemplos da StartUp, a Zona Industrial da Zibreira que só recentemente foram apresentadas as linhas guia para o início dos estudos e projetos, a ampliação da Zona Industrial dos Riachos prevista ano após ano, a requalificação da Zona de S. Pedro, a 2ª fase do centro escolar de Santa Maria, incluindo a reabilitação da casa do Povo de Riachos com rubrica aberta em 2018 e que também só agora transita para 2025, com a maior parte da verba a ser aplicada em 2026. Isto não é ser um município mais competitivo.

No âmbito do pleno emprego e potencialização empresarial, o atraso na concretização da zona industrial da Zibreira, no início da ampliação da zona industrial dos Riachos, bem como, a inexistência de um Plano Diretor Municipal adequado aos nossos dias, espelham bem a ineficácia do município nestas matérias. Um município que não disponibiliza espaços para instalação de empresas, que não define estratégias de ordenamento do território coerentes com as dinâmicas empresariais, sociais e ambientais, e que não consegue garantir procedimentos de licenciamento urbanísticos céleres, é um município que não consegue atrair mais emprego, mais empresas, mais pessoas. E nada disto nós temos.

O relatório apresentado recentemente pela Kaisen, no âmbito da peritagem aos serviços de urbanismo, referencia que o prazo médio de conclusão de processos no urbanismo é de mais de 200 dias. Isto não é ser competitivo.

Ainda neste âmbito e relativamente aos TUT, cuja gratuidade continuamos a apoiar, seria bom haver aqui uma extensão da linha TUT para as zonas industriais e, eventualmente, também ir à Atouguia, à Quinta do Mato.

Quanto à revitalização urbana, que não deve incidir apenas sobre a área urbana da cidade, continuamos por concretizar a extensão da Áreas de Reabilitação Urbanas e Operações de Reabilitação Urbana às sedes de freguesia de todo o concelho, para que estas possam usufruir da atribuição do IVA reduzido a 6% nas obras. Continuamos por concretizar o Quarteirão Cultural, continuamos a anunciar a candidatura da Aldeia de Lapas a património nacional, ano após ano, sem solucionar o problema do trânsito no interior da aldeia ou mesmo o tão prometido acesso pedonal entre a zona da Silvã e as Lapas. Mais uma promessa que aparece neste Orçamento e esperemos que se concretize.

Em matéria de Ambiente. Há poucos meses aprovamos nesta assembleia o Plano Municipal de Combate às alterações climáticas. Sabem quantas vezes esse plano é mencionado neste documento? 0. Nem uma única vez.

Questões como eficiência energética dos edifícios municipais, por via, entre outros, da colocação de painéis fotovoltaicos nos edifícios públicos, promoção da eficiência hídrica em

entidades públicas, empresariais ou particulares, ou aproveitamento de águas pluviais, nada disso é apresentado. Apenas intenções são apresentadas, sem medidas concretas associadas. Com exceção da suspensão do PDM ad-hoc, para produção de energia fotovoltaica para comercialização.

Outras medidas, como sumidouros de carbono, poderiam e deveriam constar neste orçamento e, certamente, não seria o seu impacto orçamental que inviabilizaria a sua concretização.

Saudamos, obviamente, a manutenção do projeto do Corredor Ecológico do Rio Almonda, sendo que estamos também certos da necessidade do reforço da verba para que, para além da extensão do projeto, seja também assegurada a manutenção dos troços existentes. No entanto, o sistema hidrológico torrejano não se resume ao Rio Almonda. É preciso avançar para a requalificação e reabilitação de outras linhas de água, não é um trabalho de um orçamento, mas tem de ser planeado. Neste sentido, também estas verbas deveriam ser reforçadas nestas matérias.

Ainda neste âmbito propusemos que fosse equacionada a implementação da NP 14001 - um sistema de gestão ambiental que achamos que ser de importância vital, com vista a garantir o cumprimento das metas do desenvolvimento sustentável e das metas previstas no PNEC.

No âmbito da educação, vemos o projeto de requalificação da Escola Secundária Artur Gonçalves, proscrito para a próxima década. Um projeto que é o exemplo claro da falta de liderança dos serviços municipais, empurrando agora as culpas para a CCDR-LVT. Consta neste documento uma acusação que nós consideramos grave, de falta de transparência por parte da CCDR-LVT na ordenação das candidaturas. Com que base esta afirmação é feita? Seria bom que o executivo esclarecesse este assunto, para que todos aqui percebessem o que de facto aconteceu neste processo. A culpa não pode morrer solteira.

Nesta matéria, saudamos e fazemos fé na concretização da segunda fase do centro escolar de Santa Maria. No entanto, continuamos a esquecer a tão necessária intervenção na Escola Secundária Maria Lamas.

No âmbito do direito de oposição, apresentamos como propostas a implementação de um serviço de formação e apoio pedagógico às/os funcionários das escolas, para que a sua permanência em contexto educativo fosse uma realidade, alicerçado em condições adequadas de vínculos laborais, mas também na vertente pedagógica. Certamente, o número de funcionários que abandonam ou são transferidos destas funções seria bem menor.

Não podemos também deixar de salientar a necessidade de reforçar o apoio informático da câmara às escolas, fator essencial para a digitalização do nosso ensino.

Em matéria de associativismo, apesar de reconhecermos o esforço que tem sido feito pelo município, mais e melhor poderia ser feito. Reforço de verbas de apoio à atividade regular dos Clubes e Associações Desportivos, das IPSS's, das bandas e dos ranchos, seriam medidas essenciais.

Apresentamos proposta para o estabelecimento de contrato de ALD para podermos colocar carrinhas de nove lugares ao serviço das associações desportivas e coletividades, para que elas pudessem usar esse mesmo serviço ou, por exemplo, um tanque de aprendizagem e natação de Riachos, entre outras medidas.

No âmbito da atividade da empresa Águas do Ribatejo, não podemos deixar de mencionar a necessidade desta contribuir, efetivamente, para a resolução de alguns dos problemas de poluição do Rio Almonda, através do necessário aumento das ações de fiscalização de eventuais ramais de ligação ilegais, com descarga direta no rio Almonda.

Em suma, o orçamento e as GOP's hoje aqui apresentadas, e apesar de concordarmos com parte dos objetivos e projetos nele elencados, carecem de algo transversal aos diversos eixos: falta de uma estratégia integradora dos diversos eixos, com vista à concretização de um verdadeiro município de proximidade e excelência, o que só poderá ser concretizado através de uma liderança forte, exigente e com uma gestão adequada.

Neste sentido e em consonância com o sentido de voto do nosso vereador Tiago Ferreira, iremos abstermo-nos na votação deste orçamento, considerando que existem diversos projetos que são essenciais ser concretizados, mas não deixando de demonstrar a nossa preocupação com a estrutura de custos e a dependência excessiva de alavancar o orçamento com financiamentos externos, e a pouca preocupação de focar o exercício do serviço público numa prestação de serviço público de excelência em áreas fundamentais.

Quanto ao mapa de pessoal votaremos contra, por considerarmos que o mesmo não está adaptado à realidade municipal, seja por via dos cargos de chefia excessivos, seja pelo que o mesmo acarreta para a sustentabilidade financeiro do município no curto/médio prazo.”

Manuel Ligeiro: “Os documentos agora em apreço merecem, por parte da CDU, os comentários que adiante serão descritos.

Os documentos estão bem apresentados e contêm informação suficiente para uma boa apreciação. Os serviços estão de parabéns pelo trabalho realizado.

No que diz respeito ao conteúdo dos documentos, a CDU não encontra neles soluções para problemas que presentemente afetam as pessoas que vivem em Torres Novas.

Analisemos então o orçamento para o ano 2025.

Estão previstas receitas e despesas no valor de 59,3 milhões de euros. Relativamente ao ano 2024, cresce 28,5%, 13 milhões de euros.

É um orçamento grande, digno do fim de três mandatos e digno de um ano eleitoral.

As receitas e despesas correntes mantêm-se a um nível semelhante ao de 2024, quer no seu valor global, quer nas diferentes rubricas. A grande diferença recai sobre as receitas e despesas de capital. As receitas crescem 151,4% e as despesas 87,6%.

Na receita de capital, a principal rubrica, transferências de capital, cresce 143,4%.

No orçamento de receitas, consta ainda a rubrica passivos financeiros, empréstimos, no valor de 6,7 milhões de euros, o que cresce 212,7% relativamente a 2024.

É uma feliz coincidência, em 2025, haver uma grande disponibilidade de fundos europeus, terminar o ciclo de três mandatos do Sr. Presidente e ser um ano de eleições autárquicas.

A CDU entende perfeitamente que esta direção queira utilizar os fundos europeus para deixar a sua pegada. É justo e aceitável. Porém, parece à CDU que 2025 poderá ser pequeno para concretizar este ambicioso orçamento.

Plano Plurianual de Investimentos, este importante documento continua a ser mais uma lista de projetos e menos um plano de investimentos devidamente organizado.

Constam os objetivos, cada um com os seus programas e projetos, mas sem qualquer ordem de execução. E este ano já se encontra a orientação de que, em 2025, se continuem os projetos em curso e se dê prioridade aos propostos para financiamento europeu.

Do PPI constam projetos no valor de 83,2 milhões de euros, estando prevista, em 2025, a execução de cerca de 30%, ou seja, 25 milhões de euros.

Os grandes investimentos continuam a ser realizados na cidade. Porém, desta vez, todas as freguesias têm uma pequena fatia do bolo.

É uma reivindicação que a CDU faz todos os anos: mais investimentos para as freguesias.

Tal como já foi referido acerca do orçamento, este PPI é bastante ambicioso para ser executado em apenas um ano, mesmo em ano de eleições. Até por isso, era preciso dar prioridade aos projetos cuja execução satisfaça as necessidades mais urgentes da população.

Para a CDU, há projetos que mereciam ser executados mais rapidamente e outros que deveriam ser mais abrangentes. Vejamos alguns exemplos:

Os TUT, foi boa a criação dos TUT, foi boa a passagem a grátis. Falta a chegada a todas as freguesias. Todos são habitantes do concelho. É muito injusto que uma parte das pessoas tenha TUT grátis, muito bem, e outros que mais precisam não têm TUT nenhum.

Isto é muito mau, Sr. Presidente, esta discriminação não deveria ter ficado para trás.

A habitação condigna é um direito fundamental, que não está a ser assegurado a muitas famílias que vivem em Torres Novas. Segundo dados da Câmara, são 75 que vivem em condições indignas. É verdade que há projetos inscritos. Porém, os mais abrangentes deslizam para lá de 2025. Na opinião da CDU, os projetos desta área deveriam ter execução mais célere. Rede Municipal de Saúde: A saúde é um bem precioso que ninguém pode dispensar.

A Câmara aceitou esta delegação de competências e, por isso, constitui-se no dever de suprir as necessidades da população.

Estão previstas obras em edifícios destinados a cuidados de saúde. Isso é positivo, mas a principal, que se destina ao funcionamento da USF Cardílio, já é muito tardia. Era bom que estivesse disponível já em 2025.

Iluminação pública: Está previsto que, em 2025, 55% da iluminação pública utilize tecnologia LED. Por razões económicas, ambientais, de segurança e, sobretudo, porque é necessária, na opinião da CDU, este projeto merecia maior ambição.

PDM: A reforma dos trabalhadores da função pública, a cada ano que passa, o tempo necessário para a obter aumenta.

Assim está o PDM. A cada ano, a sua aprovação desliza para o ano seguinte. Sr. Presidente, o senhor veio, vai e o PDM vai ficar por aprovar? Esperemos que não.

Novas oficinas municipais, armazém e refeitório: A CDU nota com satisfação a inclusão, no PPI 2025, deste importante projeto para melhorar as condições de trabalho dos operários da Câmara. Há sete anos que mora nesta lista de projetos. Já era tempo de avançar.

Para finalizar, duas notas de preocupação.

As delegações de competências: A CDU tem sido muito crítica relativamente às delegações de competência do Estado para as autarquias por, entre outras razões, o Governo estar a descartar para as autarquias parte das suas obrigações, sem assegurar que estas têm condições para as receber.

Na documentação distribuída, está claramente demonstrada a insuficiência dos meios transferidos nestas áreas do Estado para as autarquias. Faltam 95 milhões de euros na educação e 80 milhões na saúde. Esta situação sobrecarrega o orçamento da Câmara, que deve exigir a correção do financiamento. Poderá pôr em causa a qualidade do serviço e prova que a CDU tem razão.

Endividamento da Câmara: Os encargos financeiros – juros mais amortizações – em 2025, ascenderão a 2,29 milhões de euros. Está previsto o recurso a empréstimos bancários no valor de 6,7 milhões.

Embora estes valores estejam dentro dos limites de endividamento da Câmara, a CDU chama a atenção para os efeitos que virão a ter em futuros executivos.

Pelas razões apontadas, a CDU votará contra o orçamento e as GOP, mas concorda com a proposta da Câmara em relação ao mapa de pessoal."

Presidente da União de Freguesias de Olaia e Paço: “A Junta de Freguesia de Olaia e Paço reconhece algum esforço do Executivo Municipal em contemplar algumas das necessidades e prioridades da nossa Freguesia. Identificamos algumas medidas positivas no orçamento, nomeadamente, os investimentos previstos para a requalificação de algumas infraestruturas locais e a continuidade de alguns apoios financeiros às freguesias para a execução de algumas pequenas obras, fundamentais para promover alguma qualidade de vida e bem-estar da nossa comunidade.

Contudo, não posso deixar de expressar algumas preocupações e reservas. Em primeiro lugar, verificamos que os investimentos destinados às freguesias ainda está aquém das reais necessidades para dar resposta aos desafios que enfrentamos. Como representantes de uma freguesia rural, sabemos o quão importante é garantir que todas as localidades, independentemente da sua dimensão, tenham acesso a serviços e infraestruturas de qualidade. Em segundo lugar, gostaríamos de ter visto maior clareza e previsibilidade no planeamento de investimentos estruturais a longo prazo na nossa união de freguesias. Embora se registem alguns avanços pontuais, consideramos que há falta de uma estratégia integrada que promova o desenvolvimento harmonioso em todo o concelho, incluindo as áreas rurais que, muitas vezes, são esquecidas.

Adicionalmente, é imprescindível destacar a falta de transportes públicos adequados, que continua a ser um entrave significativo à mobilidade das populações mais isoladas, limitando o acesso aos serviços básicos e oportunidades de trabalho. Outro ponto crítico é a insuficiência de redes de saneamento básico em algumas áreas da nossa freguesia, uma questão que compromete a qualidade de vida e a saúde pública, além de prejudicar o meio ambiente. Finalmente, preocupa-nos a situação da sinalização rodoviária em algumas áreas e o estado de conservação de diversas estradas que, apesar algum investimento previsto para 2025, ainda

representa um desafio para a segurança e mobilidade local. Estes aspetos devem ser encarados como prioridade, para evitar riscos e melhorar a acessibilidade.

Perante o exposto, a nossa posição em relação ao Orçamento Municipal para 2025 é de ponderação e responsabilidade. Reconhecemos os aspetos positivos, mas não podemos ignorar as lacunas e as oportunidades perdidas que o documento apresenta em relação à nossa união de freguesias. Por estas razões, a Junta da União de Freguesias de Olaia e Paço, opta por se abster na votação deste orçamento. A nossa abstenção reflete a esperança de que o Executivo Municipal esteja disposto a ouvir as nossas preocupações e a trabalhar em conjunto para corrigir as fragilidades identificadas. Estamos, como sempre, disponíveis para colaborar e contribuir ativamente para o progresso do nosso concelho e para a defesa dos interesses da nossa população.”

Nuno Cruz: “Atentos aos documentos provisionais apresentados constata-se, mais uma vez, que este executivo prima pela completa ausência de uma visão de futuro construtiva e que assente as bases para um crescimento orgânico do concelho, assumindo o já habitual empurrar para a frente no que é realmente determinante para o aumento da competitividade e melhoria efetiva da qualidade de vida dos munícipes. Tivemos aqui um preâmbulo do deputado da bancada socialista, em que voltamos a falar do Covid como grande responsável pelo presente, a situação macroeconómica que o mundo atravessa. Pode condicionar receita, é um facto, não pode condicionar opções. E as opções são tomadas de acordo com aquilo que são as necessidades mais prementes do concelho. Podemos falar sobre o PDM, cujo encerramento se vem arrastando como que uma infundável nuvem obscura de indefinições e, por consequência, vem também gerando incerteza sobre quais as políticas de ordenamento do território.

Podemos ainda falar sobre o aparente esquecimento sobre obras determinantes nas freguesias mais afastadas do centro da cidade, que vêm sendo votadas ao esquecimento, quanto a necessidades básicas de acesso e saneamento, falamos de grandes projetos e obras, mas da rama fundamental nada. Sobre as zonas industriais, de facto, fala-se muito, mas faz-se muito pouco e se queremos emprego e melhores condições económicas para os habitantes do concelho, esse seria um passo determinante.

Foram anunciados com pompa e circunstância aquisições de imóveis para o serviço público, como a aquisição da Fiação ou do edifício da Caixa Geral de Depósitos, mas, aparentemente, ficamos só pela conversa uma vez que está tudo na mesma. Sendo, de facto, dois projetos com

razão de ser, porque o são, porque será que ficou agora a reabilitação no papel? Será para honrar os futuros executivos? Não queremos acreditar nisso, aliás, facilmente enumeramos projetos previstos em executivos anteriores e que se encontram ainda por realizar, mas isso já é um hábito.

Podemos também falar do tema da estratégia local de habitação, com projetos em banho maria e concursos sem apresentação de candidaturas. Se houvesse uma real vontade em resolver, este assunto já não era assunto. Determina a Constituição um conjunto de direitos e liberdades fundamentais, entre outros, o direito à educação, à saúde e à segurança pessoal. Pois bem, o direito à educação existe, mas em condições deficitárias. O direito à saúde, bom, basta falar com alguns dos Presidentes de Junta sobre o tema. E o direito à segurança pessoal, muito falado nestes últimos tempos, sobretudo considerando o evidente aumento de criminalidade do concelho, está de certa forma também esquecido. Argumentarão que não é competência da autarquia, é um facto, não é uma competência exclusiva da autarquia, mas já se falou e já não é a primeira vez que falamos sobre esse assunto, a videovigilância em zonas nevralgicas poderia aliviar não só o sentimento de insegurança dos munícipes, já para não falar também na própria proteção do património municipal.

Sobre o mapa de pessoal e sob pena de ser repetitivo, fica por explicar de forma razoável e convincente, o facto de, independentemente das admissões por via das transferências de competências, continuamos a observar o crescimento exagerado do número de chefias quando comparado com o global do quadro de pessoal. Caminhamos para uma pirâmide invertida, em que chegará o tempo em que há mais chefes do que subordinados. É inoportuno para o município orçamentar mais de 50% da sua despesa corrente em despesas com o pessoal. A função do Município é servir os munícipes e não sustentar um quadro de pessoal excessivo.”

Francisco Dinis: “Alguns pilares desta discussão aqui a ter em conta.

Em primeiro lugar, o elevado número de obras fundamentais. Acho que todos conhecemos o maior orçamento municipal desde 2013. Vai ao encontro de muitas necessidades pedidas pelas pessoas e por partidos aqui presentes também.

Estratégia ambiciosa, capaz e responsável. Quando se apresenta o maior orçamento da última década, espera-se que venham a suceder vários acontecimentos de sucesso a partir de ocasiões e oportunidades criadas.

Na verdade, é mesmo perante um cenário semelhante que nos deparamos: investimento, grandes obras, desenvolvimento do concelho, gerar oportunidades e satisfação das necessidades dos torrejanos.

O documento aqui em análise, e refiro-me agora ao orçamento, recolhe um conjunto de estratégias capazes de voltar a fazer a diferença e que vão ao encontro da concretização de um processo contínuo de implementação de políticas públicas, que colocam Torres Novas numa posição invejável no contexto regional, reconhecido dentro e fora dos limites geográficos concelhios.

Permitam-me uma abordagem a algumas temáticas concretas que me parecem de importância vital e, como tal, merecem um breve destaque. Tendo o meu colega Armando Rodrigues já nomeado, e muito bem, como é seu hábito, alguns dos números que temos aqui em mãos, abstenho-me de me tornar repetitivo e, portanto, prendo-me à relevância dos avanços aqui apresentados e da estrutura que também lhes dá suporte.

Da imensidão das mais de três centenas de páginas que nos são facultadas para análise, muito poderia ser dito, da habitação às IPSS's, da educação às zonas industriais.

Permitam-me começar mesmo por estas últimas e referir que a conclusão dos trabalhos de requalificação da estrada 243, entre o nó da A23 e a zona industrial de Riachos, zona industrial essa que representa um eixo estratégico fundamental para o nosso concelho, é obviamente uma grande aposta. Com a continuação da empreitada que garantirá a sua expansão, vemos Riachos a crescer e a reafirmar a sua condição de referência na indústria e nos serviços, daqui para sempre indispensável.

Mobilidade e transportes, da qual se destaca, obviamente, os TUT, que também já foram aqui mencionados esta noite. Cheia de adesão e sucesso, a política implementada só pode ter repercussões positivas, recebendo novamente uma outra aposta forte. A gratuidade de utilização é para manter. Dispendiosa, sim, de extrema relevância também. E não são por acaso a massiva adesão e o enorme sucesso, fazendo olhar convictamente para a decisão da gratuidade como uma premissa para o futuro. É uma questão de prioridades que temos em mãos e também já foi muito discutida anteriormente e, felizmente, levada a bom porto.

E aqui, mais uma vez, a prioridade adotada e liderada pelo Presidente Pedro Ferreira traduziu-se em mais uma conquista coletiva. Não cobre todas as necessidades, claro, mas etapa após etapa chega-se a uma resposta cada vez maior.

E enquanto se estuda e vai implementando passo a passo o alargamento desta rede, que também já aqui foi reivindicada, e em conformidade, diga-se, com a proposta que o Partido

Socialista apresentou em sessão deste órgão há uns meses –, continua a ser possível recorrer ao Transporte a Pedido, também ele muito mais utilizado pelos torrejanos, diga-se.

E poderia continuar, passando pela educação, pelo desporto, da cultura ao associativismo, das pavimentações à rede social municipal.

Mas olhem, por exemplo, para os centros históricos, aqueles que, se recuarmos uns anos, eram foco de críticas como consequência de uma suposta ausência de ação. O que dizer hoje sobre a revitalização destes centros históricos? Tem sido feita de forma assinalável, com uma eficácia notável, e com o caminho que ainda temos por percorrer.

Destaque-se o facto de o centro histórico da cidade continuar a ser objeto da requalificação do espaço público, a começar no bairro de São Pedro, assim como da contínua aposta nos benefícios fiscais estabelecidos, que tantos frutos têm dado e dos quais muitos têm usufruído, nomeadamente os mais jovens.

A maior requalificação do centro histórico da cidade que alguma vez foi vista. Da revitalização acabada de referir à política de sustentabilidade ambiental e espaços verdes, como o Parque Desportivo e de Lazer de Parceiros de Igreja ou o Parque Centenário de Riachos.

Da sempre indispensável aposta na Proteção Civil à rede de saúde municipal, com intervenções decisivas, a título de exemplo, a unidade de cuidados de saúde pública da Brogueira e a sede da nova unidade de saúde familiar de Cardílio.

Saúde, empreendedorismo, inovação, habitação.

As freguesias, e que tão fundamental é este investimento no apoio às nossas freguesias. Não há forma de construir uma crítica sustentada que permita colocar em causa a ambição e a importância das estratégias definidas para o nosso concelho.

Posto isto, é preciso dar largas à imaginação para que, de uma forma geral, se consiga criar aqui uma narrativa que vá ao encontro das próprias pretensões, em críticas ao trabalho, às estratégias e aos projetos traçados.

Por isso, tão simplesmente, poderá prever-se o comentário da verba orçamental.

Eu coloquei "prever-se" porque me antecipei, escrevi "já concretizado", como que numa tentativa de denotar a perigosidade, esquecendo a realidade e o percurso que tem sido feito no equilíbrio das contas públicas. Mais investimento com responsabilidade e com contas certas. O que verificamos é o aumento da despesa, que se prende essencialmente com obras de vital importância para o concelho.

Como referi: pavimentações, unidades de saúde, habitação, zonas industriais, IPSS's, equipamentos escolares e tantos outros que poderia mencionar.

Como também todos aqui sabemos, há uma enorme cobertura de fundos comunitários para a estratégia apresentada. Saber aproveitar os momentos e as oportunidades.

A verdade é que algumas destas grandes obras não são comparticipadas a 100% e obrigam, por isso, sob risco de não concretização, à contratualização de empréstimos dentro da capacidade legal para endividamento.

Uma realidade normal e não comprometedora face a empréstimos que têm sido realizados ao longo do tempo, olhando ao PRR e ao 2030 para ter acesso a fundos disponíveis.

Terá de haver uma componente nossa também. Pergunta-se: o que fazer? Permitam-me dizer que a resposta é óbvia. Evidentemente, criar condições para não deixar fugir estas novas possibilidades indispensáveis para o desenvolvimento do concelho e satisfação das suas necessidades.

Sr. Presidente, mas falamos de questões financeiras, há um ponto que não podemos deixar de abordar e que aqui ninguém tocou ainda. Com a descentralização de competências, é natural que as Câmaras fiquem mais fragilizadas nessas vertentes.

As compensações são necessárias e não nos cabe exclusivamente procurar alternativas ou cortes noutras áreas também relevantes. Cabe ao Governo começar a reforçar o apoio que já estava previsto, mas que, infelizmente, ainda está longe de contribuir para a saúde das finanças locais.

O exemplo do setor da educação, com 3 milhões de euros, deixa patente, por um lado, no setor, mas ao mesmo tempo, é um reflexo do desequilíbrio originado pela insuficiência dos valores recebidos da parte do Estado. Olhamos à nossa volta para concelhos aqui bem perto, de várias cores políticas, e os cenários são todos idênticos.

Feito o lembrete desta necessidade, que é urgente, cabe afirmar que este é mais um momento de demonstração de implementação de políticas públicas bem preparadas, numa sinergia do poder político com os funcionários do município.

Para estes, o meu e o nosso agradecimento pelo trabalho efetuado todos os dias, para que se possa chegar a momentos decisivos como este, um dos quais, e que se possa decidir avançar a bem de Torres Novas. Aos envolvidos na elaboração do documento que aqui debatemos, também um especial agradecimento e elogio.

Com tudo o que já foi dito e perante o diploma que contém a larga maioria das propostas apresentadas no âmbito da audição prévia de forças políticas, mesmo sabendo que a inclusão de algumas já estava prevista, não há condições para um voto que não seja a favor do PS.

Só resta saber quem, das outras forças políticas, a ele se juntará numa lógica de responsabilidade e coerência política.

Sr. Presidente, mesmo sabendo que estará disponível para emprestar todo o seu conhecimento e experiência no futuro, este é o seu último orçamento enquanto Presidente.

Deixe-me dizer-lhe: e que orçamento.

Muitos parabéns pelo trabalho apresentado, nomeadamente, quanto ao orçamento que temos aqui em mãos, os torrejanos agradecem."

Susana Braz: "Discutimos hoje, aqui nesta Assembleia, a proposta da Câmara Municipal dos documentos previsionais para o ano 2025: Orçamento Municipal e Grandes Opções do Plano. O Orçamento Municipal aqui apresentado, através do documento submetido à análise e aprovação, é, sem dúvida, o instrumento vital para o planeamento das ações a desenvolver em 2025 e deve refletir as prioridades do executivo, os desafios a enfrentar e a correspondente alocação de recursos.

Antes de abordar a vertente das rubricas constantes nos documentos apresentados e tendo em consideração que os números são sempre resultado dos factos discriminados ao longo do documento, permitam-nos um apontamento sobre o capítulo da descentralização de competências, já largamente falado anteriormente.

No documento de 2024, o detalhe das rubricas a executar permitia uma análise mais fina dos montantes, o que não se verifica no documento agora apresentado.

No entanto, e tomando por base as diversas referências feitas pelo executivo relativas às despesas asseguradas no âmbito da descentralização, nomeadamente, na área da educação e, fundamentalmente, na área da saúde, sendo manifestamente superiores à receita – leia-se, verbas recebidas pela tutela –, questionamos: como ficaram as reuniões onde seria solicitado um aumento de verbas que possam cobrir as despesas efetivas?

Continuamos a partir de uma base deficitária no exercício de 2025, não considerando já os anos anteriores.

A proposta do orçamento de 2025 apresenta, na globalidade, um aumento de 22%, resultado do aumento de 150% em receitas de capital por via das candidaturas a fundos comunitários, o que amortiza a redução das receitas correntes previstas em 2025.

Apesar do aumento das transferências correntes provenientes do Estado, verifica-se uma redução das rubricas que refletem as cobranças de taxas e cobrança de outras receitas correntes.

No que respeita ao orçamento de despesa, pese embora um aumento pouco expressivo das despesas correntes, a análise por rubrica permite verificar que há um aumento de 13% em gastos com pessoal face ao orçamento de 2024, por contrapartida de uma redução da rubrica de aquisição de bens e serviços, que apresenta uma redução de 7%.

Tendo em consideração que grande parte das despesas que integram esta rubrica de fornecimentos e serviços tem em conta a flutuação de preços de mercado, as estabilidades dos mercados e até mesmo as crises políticas que se avizinham, e aqui falamos das despesas de estrutura, parece-nos muito ambiciosa a redução desta rubrica nestes montantes.

Os gastos com pessoal apresentam uma evolução de 13% face a 2024, mas considerando os valores constantes na informação financeira reportada a outubro – que consta também dos documentos facultados para esta Assembleia – e efetuando uma estimativa a 31 de dezembro, o orçamento para 2025 reflete não um acréscimo de 13%, mas sim de 14%.

Não obstante as alterações impostas pela legislação em vigor e as atualizações – leia-se, alterações de posições remuneratórias ou aumento decorrente do aumento estabelecido para o Orçamento de Estado –, existe um impacto acrescido pelo recrutamento de novos trabalhadores e, assim sendo, um aumento do quadro de pessoal para o próximo ano. Mantendo, no entanto, a estimativa de montantes pagos com trabalho suplementar nos mesmos níveis, o que pode ser considerado um contrassenso.

Ponto também a referir é a despesa relativa a transferências e subsídios para terceiros, que integra as iniciativas de apoio à população, ao comércio e protocolos existentes, que apresenta também uma redução face ao orçamentado no exercício que agora decorre.

Uma chamada de atenção para o Plano Plurianual de Investimentos, onde se verifica, à semelhança de anos anteriores, o jogo do "empurra" na execução dos projetos para os anos seguintes.

A título de exemplo, temos projetos cujo início deveria ter sido em anos anteriores – 2019, 2020 – e que a execução dos mesmos apresenta-se agora no plano para o exercício de 2025 e subsequentes."

Soraia Vieira: "Muito foi dito pelos meus colegas de bancada anteriormente a respeito deste ponto, mas considero haver aqui algumas nuances que, a meu ver, merecem ser sublinhadas.

Como já foi referido, este orçamento para 2025 é o orçamento que, para além de encerrar o mandato em curso, encerra também um ciclo de três mandatos, que culminaram numa preocupação central: a proximidade com a comunidade e a dedicação em dar respostas que se traduzam em melhores condições de vida para todos os munícipes.

E sendo este, então, o foco central de trabalho, foram sendo pensadas, construídas e executadas uma série de medidas que sempre procuraram elevar o nosso concelho nas mais variadas esferas e dinâmicas.

Mas, no caso a que agora me refiro, numa importante lógica de coesão social.

O trabalho de proximidade com a comunidade e, consequentemente, o conhecimento profundo do território e das suas principais potencialidades – mas também das suas necessidades, anseios e carências – permitem agora, nesta reta final de trabalho, uma atribuição de verbas que vão certamente dar uma resposta muito adequada face à realidade do concelho.

Surge então um dos maiores valores orçamentais municipais apresentados nos últimos anos, desde 2013, e é parte disto que julgo fundamental salientar:

A grande e importante aposta em áreas como a saúde, a área social, o associativismo e ainda o apoio às juntas de freguesia.

Quanto à primeira, a rede de saúde municipal contará, em 2025, com três grandes intervenções em edifícios.

A continuidade dos trabalhos na sede da nova unidade de saúde familiar de Cardílio, num investimento a rondar os 2,5 milhões de euros, e que, após uma aprovação de 50% do financiamento, pela excelência do projeto e pela própria necessidade, obteve, através de uma estreita colaboração entre o município e a Administração Regional de Saúde, um financiamento revisto de 100% ao abrigo do PRR.

Para além das intervenções na rede de saúde municipal que serão ainda finalizadas durante o primeiro semestre do ano, há também o edifício da unidade de saúde pública de Torres Novas e da unidade de cuidados de saúde pública da Brogueira, necessidades identificadas durante a implementação da transferência de competências e que se traduzirão num investimento aproximado de 350.000 euros.

Gostaria também de partilhar o arranque do programa de médico dentista, a iniciar em 2025, na unidade de saúde familiar, sendo este um investimento que pretende privilegiar mais um serviço ao dispor da comunidade.

Relativamente às IPSS's, menciono a alteração do regulamento dos apoios a estas instituições.

Já que, no passado, o regulamento apenas permitia o financiamento de obras de manutenção, este foi alterado para permitir financiamento a obras de grande valor.

Posto isto, e dadas as obras de construção para a criação de novas ERPI's – estruturas residenciais para pessoas idosas – na Santa Casa da Misericórdia de Torres Novas, no Centro de Dia de São Silvestre e no Centro de Dia de Santo Eufémia, cada instituição irá receber um apoio municipal de cerca de 100.000 euros.

Este investimento permite apoiar o aumento de vagas em lares, uma situação tão necessária tanto à escala local como nacional.

Menciono ainda o apoio ao setor do associativismo cultural, social e desportivo, que pretende dar continuidade ao vasto programa de apoio às diversas associações do concelho.

Por fim, mas talvez dos mais importantes, destaca-se o aumento do apoio financeiro às juntas de freguesia, que, no total, se fixa em cerca de 1,2 milhões de euros.

Feita uma breve análise do documento apresentado, resta-me dar os parabéns pelo trabalho realizado.

Temos um orçamento que dá garantias de sucesso e que permitirá que Torres Novas continue a crescer e a afirmar-se no contexto regional."

Rui Alves Vieira: "A primeira coisa que me ocorre dizer sobre este orçamento é que é um paradoxo, porque é o maior Orçamento desde 2013 mas tem menos capacidades orçamentais. E tem menos capacidades orçamentais porque no âmbito da transferência de competências, o PS aceitou sem contestação e até com alguma satisfação essas competências, mas não conseguiu assegurar os fundos necessários para as cumprir. Por isso, apresenta hoje um deficit de cerca de 1 milhão de euros nessa área da governação,

O PS pode argumentar que o mesmo se passa noutros municípios. Eu não sei, aquilo que eu sei é que o PS não pode fugir às suas responsabilidades nesta matéria.

Dito isto, o BE considera que, em ano eleitoral, o orçamento municipal de 2025 procura colocar o Rossio na Betesga. Nenhuma das despesas de capital previstas, trás qualquer tipo de novidade ou de inovação, porque são inúmeras as obras que têm vagueado por todos os orçamentos municipais ao longo dos últimos anos.

Haverá certamente algumas vitórias neste orçamento municipal. Refiro-me em particular as oficinas municipais. Mas isso não resultou de uma estratégia municipal. Há 7 anos que andamos nas oficinas municipais e é bom que todos se lembrem. O orçamento municipal de

2022 previa que esta infraestrutura estivesse concluída em 2023. Mas nada aconteceu. Até que os astros se alinharam em 2024 e guiaram o executivo municipal até à resolução desta questão que finalmente deverá ficar resolvida em 2025. Esse milagre aconteceu através de um inesperado e casual investimento dos proprietários do TorreShopping, que permitiu ao Município a venda dos terrenos dos armazéns municipais junto ao retail park e, em simultâneo, adquirir um pavilhão de uma empresa que faliu na Zona Industrial da Serrada Grande.

Já o Mercado Municipal, infraestrutura fundamental para a vida social e económica da cidade e do concelho, foi contemplado com uma verba de 43 mil euros neste orçamento e irá continuar a degradar-se, conforme o meu colega Diogo já aqui referiu, continuará à espera de um milagre dos deuses. A verdade é que há municípios que utilizaram fundos do PRR para a recuperação dos seus mercados municipais, mas essa não foi uma opção deste executivo.

Em relação à atribuição de uma verba de 75 mil euros em vouchers para apoio ao comércio local na época de natal, nada temos a opor, antes pelo contrário, é bem-vindo, dá um balão de oxigénio ao comércio. Mas o comércio local em Torres Novas está agonizante, todos sabem disso, quem não quiser ver, nunca mais vai ver e a proposta que o BE apresentou ao executivo para apoio ao arrendamento do comércio local e, que aqui já foi referida na nossa anterior intervenção, tem uma raiz estrutural fundamental para dar corpo ao comércio local, criando economia e fortalecendo a coesão social, mas não foi bem acolhida pelo PS.

Depois, temos o Carreiro das Cobras que é algo que temos dificuldade em perceber, irá deixar de ser um caminho rural com um custo de mais de 500 mil euros, para dar resposta à construção de uma urbanização naquele local. Já mais do que uma vez afirmamos nesta AM que o BE teria optado por uma solução mais económica, ambientalmente mais sustentável e socialmente mais equilibrada. O PS optou por responder a interesses particulares e dar mais força à circulação automóvel e menos força à circulação pedonal.

Quanto à habitação, também já aqui referenciada na nossa primeira intervenção, gostaríamos de saber qual é o verdadeiro estado em que se encontram as 75 habitações insalubres, inseguras ou indignas existentes no nosso concelho. O que vemos no Orçamento é muita retórica e pouco dinheiro para resolver as situações.

Por outro lado, as políticas de habitação pública a custos controlados estão, de facto, muito atrasadas na sua concretização e há uma realidade indesmentível: até à data de hoje, o executivo municipal só conseguiu colocar no mercado de arrendamento acessível 2 habitações, que resultaram da recuperação de duas casas em ruínas no Centro Histórico. Mas é bom lembrar aqui que a reabilitação desses imóveis só foi realidade por iniciativa do BE.

O PS nunca acolheu bem a estratégia de recuperação de imóveis degradados para arrendamento a custos controlados e prefere construção nova.

Tanto assim é que, de repente, eis que surge um projeto para a construção de 20 apartamentos no antigo estacionamento da Fábrica de Fiação e Tecidos. O inusitado deste projeto é que até há cerca de pouco mais de um ano, aquela área estava destinada para ser local de estacionamento para 50 viaturas no contexto do desenvolvimento do Projeto da Fábrica Grande.

Fazia todo o sentido, é fácil perceber que um projeto daquela natureza necessita de estacionamento automóvel. De repente e numa estratégia manifestamente casuística, eis que, em vez de um parque de estacionamento iremos encafiar naquele local 20 apartamentos, sem que ninguém saiba onde se irá localizar o estacionamento de apoio ao projeto da Fábrica Grande. Naturalmente, que esta não teria sido a nossa opção.

E por falar na Fábrica Grande o Orçamento e GOP para 2022, previam investimentos na Ordem dos 10 milhões de euros até 2025 e apresentava assim o projeto: “Uma pequena cidade dentro da cidade para responder a novos desígnios económicos, sociais e culturais, partilhado por espaços públicos e outros destinados à iniciativa privada num dos locais mais simbólicos de Torres Novas...” É uma frase bonita.

Mas aqui chegados, para além do projeto ter perdido o estacionamento, a Fábrica Grande está cada vez mais suja e insalubre e, inclusivamente, existe um edifício nas proximidades do infantário que ali existe e que funciona há muitos anos contaminado por hidrocarbonetos e com uma dotação orçamental de cerca de cerca de 60 mil euros no presente orçamento, só podemos antecipar o evoluir do estado de degradação daquele espaço. E tenho a certeza que esta será uma mágoa que o Presidente Pedro Ferreira irá transportar, o estado em que irá deixar aquele espaço.

Uma outra referência que gostaria de fazer, é o Moinho dos Gafos, que é também uma proposta do Bloco de Esquerda, é uma joia dentro da cidade localizado junto ao açude do Mercado Municipal, foi uma das 45 propostas que o BE apresentou neste orçamento, lamentavelmente, a proposta não foi bem acolhida. A Câmara conseguiu verba para construir um anexo, e eu volto a dizer, anexo está mal ali, porque aquilo não é um anexo, é um edifício com três pisos acima da cota soleira.

A Câmara conseguiu verba para construir mesmo ali ao lado do Moinho dos Gafos. Mas não se interessa por aquela interessante infraestrutura que bem poderia tornar-se num centro de interpretação do Rio Almonda e um elemento de grande valorização da nossa comunidade.

Sr. Presidente, quando o PS aposta em projetos desequilibrados do ponto de vista social e ambiental como são as piscinas ao ar livre no jardim das Rosas, com uma dotação orçamental de quase 1 milhão de euros; quando se decide gastar mais de 500 mil euros na destruição do Carreiro das Cobras, para dar só dois exemplos, está a deixar para trás projetos de cariz estrutural, bem mais importantes para a nossa comunidade concelhia.

Um Orçamento não é só receita e despesa. Um orçamento é um reflexo de opções políticas. Porque a voracidade do tempo regimental não nos deixa ir mais longe, terminamos com uma simples pergunta que é para perceberem onde é que poderão estar as prioridades: o que será mais importante para Torres Novas construir neste momento: gastar 500 mil euros no Carreiro das Cobras ou arranjar o telhado do edifício do Paço, onde está instalada a Banda Operária Torrejana e que hoje representa um sério risco para a segurança de todos os que ali entram todos os dias. Isso não é falta de dinheiro. É uma opção política.

O Bloco de Esquerda não se revê em muitas das opções políticas plasmadas neste documento e considera que em diversos aspetos este é um orçamento que não se ajusta às necessidades do Concelho. Por isso, iremos votar contra.”

Presidente da Câmara Municipal: “Presidente da Câmara Municipal: “Volto a repetir que este é o último orçamento de um ciclo de três mandatos. Isto quer dizer alguma coisa, obviamente.

Quase 60 milhões de euros, mais cerca de 14 milhões de euros face ao ano anterior, sobretudo devido a fundos já mencionados.

Como já não vou repetir, a própria oposição e o Partido Socialista também acabaram por afirmar, é um orçamento orientado para o cumprimento dos objetivos do desenvolvimento sustentável. Ninguém falou nisso, que eu me apercebesse.

Há 17 itens que todos conhecemos do desenvolvimento sustentável, e dos 17, o município já superou oito, segundo dados oficiais da Universidade Católica, estudos bem credenciados a nível nacional.

Tivemos muitas dificuldades que foram superadas ou que pretendemos que sejam superadas em 2025, nomeadamente custos que têm a ver com o crescimento de despesas

Por exemplo, o aumento do salário mínimo nacional, de 820 para 870 euros, corresponde a um aumento nos custos com pessoal de 140.000 euros.

Obviamente, há também o aumento dos combustíveis. Alguém também falou nos aumentos que sentimos no dia a dia.

A alimentação nas escolas é um fenómeno que temos vindo a sentir há anos, mas sobretudo em 2024, estamos a sentir a diferença. Estamos a falar de números muito volumosos: 697.000 euros a mais em despesas com alimentação escolar.

As despesas com a abertura de novos espaços. Quando se fala em que aumenta o pessoal, recuperámos a Central do Caldeirão. Se a fechássemos, retirávamos pessoal que estava num lado para colocar noutro. Abrimos um dia, no outro dia fechamos.

A Casa Alvarenga, a mesma coisa, junto à antiga Câmara Municipal

Os encargos com os novos empréstimos que, estrategicamente, estamos a assumir corresponderão a mais de 260.000 euros em 2025.

Tem-se falado aqui muito de empréstimos, e ninguém referiu, mas eu aproveito para esclarecer que ainda há uma componente de empréstimos que não foi utilizada, mas que vai ser utilizada. Foi contraída com a autorização da Câmara, da Assembleia Municipal e do Tribunal de Contas, mas ainda está por gastar. Portanto, em 2025 serão utilizados.

O reforço do apoio às juntas, obviamente, é bem merecido e é sempre pouco.

O reforço no apoio ao setor social e às famílias, como foi aqui também mencionado pela Soraia.

E, entretanto, chegamos a um equilíbrio orçamental sem ter que aumentar impostos, como o IMI, e mantendo a gratuitidade dos TUT e outras isenções de taxas. Porque é muito fácil apontar o dedo pelo aumento dos custos e não haver o equilíbrio da receita. Há ferramentas para equilibrar a receita.

Quem está no governo – seja PS, seja PSD – sempre que a Associação Nacional de Municípios chama a atenção para o facto de haver verbas insuficientes para os municípios, a resposta é sempre: "Utilizem as ferramentas que têm." Têm taxas de IMI, podem levá-las ao máximo.

Nós não queremos. E continuamos a defender e, ao longo destes três mandatos, descemos a taxa de IMI para a mais baixa, fixada nos 0,36%.

Cumprimos a capacidade de endividamento, não corremos riscos junto do Tribunal de Contas nem do Ministério das Finanças. Temos os pagamentos em dia a fornecedores e empresas.

Em 31 de dezembro de 2024, os empréstimos somam 11 milhões de euros. A previsão para 31 de dezembro de 2025 aponta para os 16 milhões de euros – ou seja, mais 5 milhões de euros caso sejam utilizados.

Mesmo assim, em 31 de dezembro de 2025, se atingirmos os 16 milhões de euros, ainda ficam disponíveis mais 5 milhões de euros, que podem ser utilizados se quisermos contrair novos empréstimos e trouxermos a proposta à Câmara e à Assembleia Municipal.

Foi aqui falado da habitação e até de comparações com outros municípios. Atenção, cuidado nessas comparações. Falando em habitação, a Estratégia Local de Habitação ainda agora está em desenvolvimento. Ainda esta semana chegaram três novas candidaturas aprovadas: Travessa da Palha/Rua da Palha, junto à escola da Polícia. Uma casa no Pedrógão, propriedade da Câmara. Uma casa na Rua das Vieiras, na Meia Via. As obras foram aprovadas, e só esta semana chegou a comunicação oficial.

Nós tínhamos 99 casas do bairro social, mas agora vamos além do arrendamento social e passamos para rendas acessíveis.

O Programa Primeiro Direito e o Programa de Rendas Acessíveis já têm 112 apartamentos aprovados para construção em Torres Novas, num investimento de 15 milhões de euros.

Não vamos conseguir concluí-los em 2025, ninguém vai, não há empresas que cheguem no país. Os concursos, se calhar, vão ficar desertos, e teremos de repetir, e há um prazo muito curto que a União Europeia impõe aos governos. Seja ao Partido Socialista, que estava no governo, seja ao PSD, que está agora no governo.

O prazo de março de 2026 é completamente irrealista, qualquer pessoa que já construiu uma casa sabe quanto tempo demora. Lança-se um concurso, o projeto demora três a quatro meses, surgem interrogações dos concorrentes, e nunca se consegue concluir até março de 2026. Este problema não é só de Torres Novas, é do país inteiro.

Falou-se aqui na Fiação e Tecidos. Há três anos, quando comprámos, apresentámos desafios para o espaço e continuamos a apresentar. Mas sempre disse, e repito: vou sair da Câmara, mas deixarei projetos. Não se resolve em poucos anos.

Também lançámos para a Zona Industrial da Zibreira uma consulta pública para preparar o projeto definitivo e começarmos em parceria com Alcanena. Já assinámos um protocolo e estamos a trabalhar em conjunto. Não há disputas entre concelhos, procuramos complementaridade.

E, em termos de zonas industriais, todos os especialistas dizem que o melhor sítio é a Zibreira, pela ligação com autoestradas.

Finalmente, queria responder ao André Valentim. O nosso orçamento de 59 milhões de euros poderia ser 24 milhões de euros maior se tivéssemos recebido o dinheiro para a Escola Artur Gonçalves. O projeto já foi feito e custou 70.000 euros à Câmara. Agora dizem-nos que talvez para 2033? Então é melhor dizerem: "Esqueçam isso, mandem para cá o projeto, devolvemos os 75.000 euros, e quando quisermos, fazemos." Não deixem essa nódoa negra em cima de nós, porque isso eu não aceito. Era imoral, injusto, e recusarei até à última gota.

A carta que escrevemos para a CCDR foi um pouco nesse sentido. Sem terem culpa nenhuma, a CCDR não é o governo, é um departamento do governo.

E já agora, também dizer que, em termos de habitação, já referi que temos mais 112 apartamentos previstos. Portanto, há aqui uma parte de números que o Vice, rapidamente, vai esclarecer melhor.”

Vice-Presidente: “Só aqui completando um pouco aquilo que o presidente também estava aqui a dizer, ele já falou no número principal, são 60 milhões de euros, o valor do orçamento para este ano, que corresponde a mais 13 milhões de euros do que o orçamento do ano em curso.

E esses 13 milhões de euros, de onde vêm e para onde vão? Efetivamente, estamos a tratar de grandes investimentos do município, estamos a falar de investimentos de capital:

Pavimentação da zona de São Pedro, reabilitação do edifício da Caixa Geral de Depósitos, Casa do Povo de Riachos, Largo de Virgínia, conclusão da Zona Industrial de Riachos, zona de criação de espaços para novas empresas, reabilitação de espaços existentes, conclusão do Bairro da Calçada António Nunes, conclusão do edifício para habitação na Rua Atriz Virgínia, o designado Quarteirão Cultural que irá melhorar a zona envolvente da antiga Câmara Municipal, Elevador para o Castelo, continuação do Corredor Ecológico do Almonda, 2ª fase do Centro Escolar de Santa Maria, conclusão do ginásio e do pavilhão de Riachos, disponibilização de melhores serviços, com novo espaço para as oficinas e armazéns, fizemos a escritura da aquisição do novo espaço na passada quarta-feira, como já foi publicado na nossa página do município.

Continuamos com grandes investimentos já assegurados financeiramente.

Agora, faço aqui uma referência a dois investimentos grandes na área desportiva. Primeiro, o investimento no Estádio Municipal, com a tão ansiada pista de tartan. Vai ser uma obra de grande dimensão em Torres Novas, a pista de tartan e a recuperação de todo o relvado. E, simultaneamente, com a recuperação do relvado do Estádio Municipal, vamos também fazer um novo relvado na Meia Via, criando condições para a prática desportiva, principalmente do futebol, que continua a ser o desporto-rei em Portugal. Conclusão do ringue da Zibreira, que já está em bom ritmo e quase concluído.

E, de grande importância, vamos dar início às grandes obras de reabilitação do Mercado Municipal. Já foi falado aqui hoje sobre o espaço exterior, mas também o próprio espaço interior e o próprio edificado precisam de ser qualificados e reorganizados. Vamos começar

com uma coisa tão simples como uma pintura, porque é necessário começar por lavar a cara ao edifício, seguido da reabilitação de toda a área envolvente.

Como já referi, estão incluídos investimentos em todas as áreas nas despesas de capital para o próximo ano. Nenhum setor municipal foi esquecido.

Como já foi referido aqui por todas as bancadas, todas mencionaram as áreas sociais, educação, cultura, desporto e associativismo.

Há aqui um número que não posso deixar de referir. Este número é muito importante, pois demonstra a dinâmica do município de Torres Novas. É um número simples, mas claro:

Segundo o site Casa Pronta, até 21 de novembro de 2024, realizaram-se 354 transações imobiliárias em Torres Novas, num montante de 42.980.087 euros. Um acréscimo de 1.200.000 euros relativamente ao ano anterior. Para aqueles que acham que Torres Novas está estagnada, estão aqui os números, são dados objetivos, não são para serem discutidos, e não são números do município de Torres Novas.

Sobre as delegações de competências, são um ónus do nosso município, está estimado em cerca de 1 milhão de euros. Temos que lamentar este facto, mas não deixamos de aceitar e trabalhar em prol das populações, seja na educação, seja na saúde.”

Presidente da Câmara Municipal: “Esqueci-me de falar de uma pequena coisa a nível do pessoal. Falei também na reunião de Câmara e lanço o mesmo desafio. Contestam sempre a questão do pessoal, o número está a aumentar, e as chefias, nós temos 13 setores: Educação, Cultura, Eventos, Desporto, Ação Social e Saúde, Informática e Comunicação, Departamento de Intervenção Territorial (Obras), Departamento Administrativo e Financeiro, Urbanismo, Presidência (com a Proteção Civil, Canil/Gatil, Gabinete de Apoio às Freguesias, Gabinete Médico Veterinário, Equipa Multidisciplinar, Associativismo, Auditoria e Turismo). Destes 13 serviços, há quase 200 funcionários que vieram por via da delegação de competências. Desculpem a expressão, “vieram emprestados à Câmara” e vem dinheiro para eles e já vimos que era insuficiente o dinheiro que mandavam.

Fica o desafio para quem quiser saber mais pormenores de cada setor, para chegarem à conclusão se há gente a mais ou não. É um exercício importante da parte dos vereadores e forças políticas, para não dizerem e com o devido respeito, se calhar, alguns dirão, sem conhecerem bem a realidade das coisas.

Em relação às chefias, tem que haver chefias, por estes 13 serviços, e a média de chefias corresponde a 0,56% em termos dos gastos que cada serviço tem. Mas, também podem chegar

à conclusão se há ou não chefias a mais e depois eu, enquanto cá estiver e os meus vereadores, reapreciaremos e como as chefias tem muito a ver com novos orçamentos, novos planos de atividades terão uma oportunidade para contrapor ou propor outra coisa.”

Armando Rodrigues: “Apenas alguns apontamentos sobre as considerações de alguns deputados municipais, nomeadamente, o deputado André Valentim, que falou da questão das transferências do Orçamento.

Na página 76 do documento que nos foi facultado, diz o seguinte:

"Para o ano de 2025, as transferências do Orçamento do Estado terão um aumento substancialmente inferior comparativamente ao ano de 2024."

Em 2024, o município recebeu mais 2,8 milhões de euros relativamente a 2023. No entanto, para 2025, esse aumento não irá além de 1,9 milhões de euros.

Este valor não suporta o aumento da despesa obrigatória com recursos humanos, nomeadamente, aumentos salariais e reposições obrigatórias resultantes do SIADAP.

Há pouco, quando se fez a questão da alusão às transferências do poder central do Partido Socialista versus agora o governo atualmente em funções, está aqui um dado objetivo sobre esta situação.

Mas ainda sobre esta temática da gestão do déficit de gestão das escolas, o deputado Rui Alves Vieira não sabia o que é que se passa, percebi eu, a nível nacional. Há um artigo aqui muito interessante no dia 8 de outubro de 2024 do Jornal de Notícias, que nos diz que as câmaras têm milhões de euros de déficit com a gestão das escolas. Depois, vêm aqui elencados um conjunto de municípios, Lisboa 14 milhões, Oeiras 8,1 milhões, nós estamos quase no patamar de 1 milhão de euros. Mas é importante algumas reflexões que aqui estão de autarcas, por exemplo, o vice-presidente da Associação Nacional de Municípios e ex-autarca de Aveiro, Ribau Esteves, defende que já no orçamento de estado para 2025 se reforcem as verbas dos fundos de financiamento da descentralização municipal e social.

Por exemplo, a Câmara de Palmela, uma câmara da CDU, o representante do Presidente adverte que a dotação estatal para pagar o trabalho do pessoal não docente, não contempla as necessidades do trabalho extraordinário, nem os subsídios de Natal ou de férias e nem sequer as promoções, que resultam do sistema de avaliação de desempenho. Acresce que é preciso suportar o seguro de acidentes e da medicina do trabalho, e da tutela não chega dinheiro suficiente, garante o município também da CDU, de Setúbal. Já o município socialista de Matosinhos, a Presidente da Câmara chama a atenção para os efeitos do aumento do salário

mínimo nacional, atendendo a que o salário mínimo nacional aumentou 7,9% e a grande maioria do pessoal não docente auferir a remuneração mínima mensal garantida e o financiamento definido pela administração central apenas foi reforçado em 5,1% face a 2023. A conclusão do texto, diz-nos que os autarcas reivindicam uma profunda análise e atualização das dotações, porque os gastos têm aumentado de ano para ano, diz o autarca do PSD de Faro. E, finalmente, o autarca de Arraiolos, da CDU, refere que este tipo de situações coloca em causa o equilíbrio orçamental das autarquias.

Isto é um problema grave que não há resolução, para já, à vista, mas, por exemplo o Presidente da Câmara de Pombal e líder dos autarcas sociais democratas, também num artigo escrito em outubro e é importante aquilo que ele refere, diz-nos “tem-nos chegado informação e, eu noto no nosso exercício do município de Pombal, nomeadamente, ao nível do primeiro semestre deste ano, uma redução significativa do IMT e da Derrama, mas é algo generalizado no país”, especifica o autarca ao JN, assinalando que a “perda da receita fiscal é uma má notícia, numa altura em que os municípios possuem mais responsabilidades por via da descentralização, temos muito mais encargos do que verbas para fazer face às despesas”, refere o autarca social democrata. “E se somarmos a perda de receita fiscal isto leva a um desequilíbrio importante para as contas do município”, frisa o social democrata, para quem é imperioso avançar com a revisão da Lei das Finanças Locais e aumentar os recursos de estado e partilha com as câmaras. Esta frase transporta-me para a reunião anterior, em que se definiram as taxas de fiscalidade e as diferentes bancadas as propostas que apresentaram, nomeadamente, aqui o PSD e a incongruência das mesmas em relação àquilo que é a realidade. Finalmente, dar aqui nota também que vi muita gente a falar sobre a estrutura da despesa, mas não ouvi ninguém a falar da Despesa de Capital que passa de 11,5 milhões para 23,6 milhões, que compara muito bem com as despesas de pessoal no período homólogo. Acho que era importante nós também termos feito esta reflexão democrática que é importante.”

André Valentim: “Relativamente à Escola Artur Gonçalves, a questão é muito simples. Houve essa dúvida, já percebi que foi enviado para a CCDR e para o governo um pedido de clarificação.

Seria bom trazer a esta Assembleia essa situação, aquilo que eu acho é que mais uma vez e nós concordamos com a maioria dos projetos, não digo todos, mas grande parte dos projetos, mas o problema é mesmo esse, é que continuamos a falar de projetos e quando vemos outros

municípios, seja do PS, da CDU, do PSD com habitação concretizada, nós continuamos ainda a falar de projetos e é essa nossa crítica maior a isto, continuamos a falar de projetos.

A Escola Artur Gonçalves, tivemos um primeiro projeto de conceção só do projeto, a certa altura esse projeto abandonamos os tais 70.000 €,

Falou-se num projeto de concessão/ construção para aproveitar um suposto fundo comunitário que seria mais rápido, seria uma hipótese melhor, não se conseguiu, não aceitaram, portanto, andamos aqui para a frente e para trás, o tempo vai passando e chegamos a esta situação infeliz e não conseguimos ter a requalificação da nossa escola.

Espero que, quando chegar a resposta formal, seja trazida aqui, para que todos nós possamos perceber, independentemente, de seja governo PS ou PSD, o que quer que seja."

Rui Alves Vieira: "Só gostava de fazer aqui dois pequenos comentários, em relação ao limite de dívida. É preciso também esclarecer que o limite da dívida de cerca de 5 milhões de euros, creio que foi isso que o Sr. Presidente apresentou, isto resulta do orçamento de estado de 2024 e 25 que permitem esse aumento de dívida. Porque se estivéssemos cingidos só à Lei 73/ 2013, no seu artigo 52º, Torres Novas hoje poder-se-ia endividar 38.000 €, portanto, nós estamos a viver um tempo excecional, esses valores hão-de ser retomados para os valores legais que constam da Lei, porque, se fosse agora, se fosse dentro da Lei, teríamos 38.000 € de folga para empréstimos. Depois, quanto às delegações de competências pode-se chorar aquilo que se quiser e todos choram, é verdade, e eu até compreendo que a CDU reclame e que o PSD reclame, compreendo. Não compreendo é que o PS reclame, porque o PS aplaudiu de contente essa delegação de competências, portanto, agora não venha querer contrariar aquilo que com tanta convicção aqui defendeu nesta assembleia."

Submetida a proposta a votação, a Assembleia Municipal deliberou:

1 – Aprovar o Mapa de Pessoal para 2025, por maioria, com quatro votos contra (PSD/CDS), seis abstenções (4 do MPNT; 2 do BE) e vinte e um votos a favor dos restantes membros.

2 – Aprovar o Orçamento Municipal e as Grandes Opções do Plano para 2025, por maioria, com três votos contra (2 do BE, 1 da CDU), nove abstenções (4 PSD/CDS e 1 do Presidente da União de Freguesias de Olaia e Paço; 4 do MPNT) e dezanove votos a favor dos restantes membros. -----

**3 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL, DE
DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO
MUNICIPAL, DE PARCELA DE TERRENO EM CANCELA DO
LEÃO – TORRES NOVAS**

Acerca deste assunto, foi distribuída a todos os membros cópia da deliberação tomada na reunião da Câmara Municipal, realizada em 09.10.2024 (Anexo 2).

Foram feitas as seguintes intervenções:

Rui Alves Vieira: “Só gostaria de saber, porque é que estamos a fazer essa desafetação do domínio público para o domínio privado, é a única coisa que eu gostava de compreender, deverá haver uma razão, senão não estaríamos aqui a votar.”

Manuel Ligeiro: “A minha pergunta é só saber se, efetivamente, aquele terreno que vai ser desafetado já tem algum destino ou o que é que irão fazer, é só essa pergunta.”

André Valentim: “Relativamente a este assunto, eu acho que isto é só uma correção, quando foi o alargamento da rotunda da entrada de Torres Novas, acho que há ali uma linguazinha ao lado do rail que lá está que é para desafetar, é imediatamente a parte debaixo da estrada, com 2 ou 3 m de largura, se calhar, penso que será só isso, pelo menos, na representação está representado cá em cima.”

Vice-Presidente: “Isto tem a ver ainda com a antiga Avenida Andrade Corvo e a Avenida João Paulo II, portanto, a Estrada Nacional 3 passava ali por um terreno do Manuel Ferreira Bento, ao lado, ele cedeu uma parcela de terreno para a Câmara fazer a rotunda, a grande rotunda da entrada da cidade de Torres Novas, cedeu uma parte do terreno, a Câmara deu-lhe uma parte da estrada onde passava a antiga nacional. Agora há aqui uma desafetação de terreno para acertos, para corrigir coisas que têm, se calhar, 15, 20 anos, não sei, 15 anos seguramente.”

Submetida a proposta a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a desafetação do domínio público, para integração no domínio privado municipal, da parcela de terreno com a área de 9.700,00 m², sita na Cancela do Leão – Torres Novas, na União das Freguesias de Torres Novas (Santa Maria, Salvador e

Santiago), a confrontar a norte com Avenida Andrade Corvo, a sul com Manuel Ferreira Bento, a nascente com Via João Paulo II e a poente com Manuel Ferreira Bento. -----

**4 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL, DE
APROVAÇÃO DOS ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS
PORTUGUESES DO CAVALO**

Acerca deste assunto, foi distribuída a todos os membros cópia da deliberação tomada na reunião da Câmara Municipal, realizada em 20.11.2024 (Anexo 3).

Foram feitas as seguintes intervenções:

Manuel Ligeiro: “Confesso que estou um bocadinho baralhado com este ponto e a pergunta é esta: estamos aqui a analisar o estatuto da Associação dos Municípios Portugueses do Cavalo, se isso tem alguma coisa a ver com a Associação das Cidades e Vilas Equestres, se é a mesma Associação, se foram fundidas ou se estamos aqui só a aprovar, a analisar esta Associação dos Municípios Portugueses do Cavalo? É só essa?

Eu faço esta pergunta porque estive a ler os objetivos das duas associações e são rigorosamente iguais, *ipsis verbis*, têm a mesma sede que é Ponte de Lima, fiquei na dúvida, de facto, e porque a Associação das Cidades e Vilas Equestres já tem aqui o estatuto aprovado, também fiquei com a sensação de que podia ser este estatuto para aprovar, para substituir o outro estatuto e, pelos vistos, não é assim.

Portanto, há duas associações completamente diferentes, é isso? Já agora, fazia a pergunta também, vem aqui associado a estas propostas um orçamento e uma quota, vamos votar as três coisas ou é só o estatuto?”

Presidente da Câmara: “Acho que a Assembleia é só os estatutos, porque a quota será a Câmara.”

Submetida a proposta a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com um voto contra, três abstenções (2 votos do BE; 1 do MPNT: António Lemos) e vinte e oito votos a favor dos restantes membros, aprovar os estatutos da Associação de Municípios Portugueses do Cavalo. -----

**5 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL,
DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS NO ÂMBITO DE OPERAÇÃO
URBANÍSTICA, REQUERIDA PELO CRIT – CENTRO DE REABILITAÇÃO
E INTEGRAÇÃO TORREJANO**

Acerca deste assunto, foi distribuída a todos os membros cópia da deliberação tomada na reunião da Câmara Municipal, realizada em 23.10.2024 (Anexo 4).

Foram feitas as seguintes intervenções:

André Valentim: “Nós trazemos constantemente aprovações de taxas que, eu acho, era mais do que altura de alterarmos o Regulamento de Taxas para resolver este problema. A título de exemplo e extensível aos outros dois pontos, este ponto tem 28 páginas, para isentar 77,64€; o ponto seguinte tem 11 páginas, o ponto sete tem 11 páginas, com valores de isenção que nem estão refletidos e deviam estar aqui, portanto, acho que é uma falha dos Serviços. A tramitação deste pedido de isenção: emissão do recibo a 22 de agosto de 2023, uma informação dos Serviços a 28 de agosto, uma informação de um técnico superior a 2 de novembro de 2023, uma informação de técnico superior a 4 de dezembro de 2024, um parecer do diretor do Departamento de Urbanismo a 8 de outubro de 24, despacho do Sr. Vice-Presidente a 15 de outubro, reunião de Câmara a 23, Assembleia Municipal esta, que estamos aqui. Acho que todos temos a noção que isto é um desperdício de recursos e são este tipo de ações que é urgente tomar e que não foram tomadas desde 2013. Portanto, reiteramos mais uma vez a necessidade, se ainda formos a tempo ou se este executivo for a tempo, de alterar este regulamento de taxas de uma vez por todas, para evitarmos estas constantes repetições e perdas de tempo dos Serviços.”

Presidente da Câmara: “Muito rapidamente, para dizer que já está em fase de conclusão a alteração ao Regulamento de Taxas.”

Maria da Luz Lopes: “Enquanto membro da Direção do CRIT, peço escusa de votar este ponto.”

Submetida a proposta a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a isenção de pagamento de taxas devidas no âmbito de operação urbanística – Processo nº 01/2023/94/0, requerida pelo CRIT - Centro de Reabilitação e Integração Torrejano. -----

**6 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL, DE
ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS,
REQUERIDA PELO CNE – AGRUPAMENTO 65 / DELEGAÇÃO
DE TORRES NOVAS**

Acerca deste assunto, foi distribuída a todos os membros cópia da deliberação tomada na reunião da Câmara Municipal, realizada em 09.10.2024 (Anexo 5).

Submetida a proposta a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a isenção de pagamento de taxas para a realização de eventos, ao abrigo do disposto no artigo 6º do Regulamento Municipal de Taxas, requerida pelo CNE - Agrupamento 65/ Delegação de Torres Novas. -----

**7 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL, DE
ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS,
REQUERIDA PELA ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA E
RECREATIVA DE CASAIS MARTANES**

Acerca deste assunto, foi distribuída a todos os membros cópia da deliberação tomada na reunião da Câmara Municipal, realizada em 06.11.2024 (Anexo 6).

Submetida a proposta a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a isenção de pagamento de taxas para a realização de eventos, ao abrigo do disposto no artigo 6º do Regulamento Municipal de Taxas, requerida pela Associação Desportiva e Recreativa de Casais Martanes. -----

**8 – INFORMAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A
ATIVIDADE MUNICIPAL**

Foram distribuídas a todos os membros a informação do Sr. Presidente da Câmara sobre a atividade desta, a informação da situação financeira do Município e a informação dos processos judiciais.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

A Assembleia Municipal deliberou aprovar em minuta os pontos 1. a 7. da ordem de trabalhos. -----

O Sr. Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão pelas vinte e quatro horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente ata que, após aprovação, vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Municipal. -----

Presidente da Mesa, José Manuel Paulo Trincão Marques

1ª Secretária, Maria da Luz Marques Lopes

2ª Secretária, Maria do Rosário Marques Luís
